

Universidade Católica do Salvador
Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação
Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania

JOALVA MENEZES DE MORAES

**AS TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS NA APLICAÇÃO DA
LEI 10.639/2003 EM SALVADOR:
UMA ANÁLISE DO PROGRAMA ALMANAQUE VIRAMUNDO DA TV
ANÍSIO TEIXEIRA – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO**

Salvador
2014

JOALVA MENEZES DE MORAES

**TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS NA APLICAÇÃO DA LEI
10.639/2003 EM SALVADOR:
UMA ANÁLISE DO PROGRAMA ALMANAQUE VIRAMUNDO DA TV
ANÍSIO TEIXEIRA – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO**

Dissertação para o Mestrado de Políticas Públicas e Cidadania, da Universidade Católica de Salvador, na linha de pesquisa 2 sob a orientação da Professora Doutora Mary Garcia Castro.

Salvador
2014

UCSAL. Sistema de Bibliotecas.
Setor de Cadastramento.

M827 Moraes, Joalva Menezes de.
Tecnologias Educacionais na Aplicação da Lei 10.639/2003 em Salvador -
Uma análise do Programa Almanaque Viramundo da TV Anísio Teixeira -
Secretaria da Educação/ Joalva Menezes de Moraes. – Salvador, 2014.
92 f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Católica do Salvador.
Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação. Mestrado Políticas
Sociais e Cidadania.

Orientação: Profa. Dra. Mary Garcia Castro.

1. Políticas Públicas 2. Lei 10.639/2003 - Ensino da História e Cultura
Afro-Brasileira 3. Educação - Relações Étnico-Raciais 4. Tecnologias
Educacionais 5. Programa Almanaque Viramundo 6. Secretaria da Educação
do Estado da Bahia - TV Anísio Teixeira I. Título.

CDU 371.333(813.8)

RESUMO

A pesquisa tem como tema as tecnologias educacionais produzidas pela Secretaria da Educação do Estado da Bahia como recurso pedagógico para implementação da Lei 10.639/2003, em Salvador. Essa Lei obriga o ensino da história e cultura da África e dos afrodescendentes, nas escolas brasileiras. O objeto da pesquisa diz respeito a quadros que integram doze episódios do programa da TV Anísio Teixeira/Secretaria da Educação do Estado da Bahia, Almanaque Viramundo, relacionados diretamente, com a questão defendida pela Lei. Essa análise responde às seguintes questões: Em que medida a programação da TV Anísio Teixeira está atendendo à Lei 10.639/2003? Como esse recurso foi recebido pela comunidade da escola estudada, tanto como recurso pedagógico, quanto no que se refere ao cumprimento daquela legislação? Para tanto, os caminhos metodológicos corresponderam à pesquisa biográfica e documental; análise do discurso de seis quadros das doze edições do programa Almanaque Viramundo; grupo focal com professores, estudantes, servidores e representantes do corpo diretivo do Colégio Estadual Governador Lomanto Júnior, localizado no bairro de Itapuã, em Salvador. Dessa forma, verificou-se a pertinência do material audiovisual analisado no que tange ao desencadeamento de uma reflexão acerca de temas sobre a história e a cultura africana e afro-brasileira; e investigou-se a recepção dele junto ao público alvo daquele colégio.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Lei 10.639/2003. Educação para as Relações Étnico-raciais. Tecnologias Educacionais. Almanaque Viramundo.

ABSTRACT

The research has as a theme the educational technologies produced by the Department of Education of Bahia as pedagogical source for the implementation of the law 10.639/2003, in Salvador. This law obligates the teaching of history and culture of the afrodescendants at Brazilian schools. The research object concerns the program pieces exclusively related to the question defended by the law, namely the 12 episodes of the Anísio Teixeira TV/SEC program "Almanaque Viramundo". This analysis answers the following questions: how much do the Anísio Teixeira TV programs contemplate the law 10.639/2003? How this resource was received by the community of the observed school, not only as a pedagogical tool, but also as fulfilling the legislation? To do so, the methodological ways were related to the biographic and documental research; discourse analysis of six sections of the twelve episodes of the "Almanaque Viramundo" program; focal group with teachers, students, servers and pedagogical coordinator of the Colégio Estadual Governador Lomanto Junior, in the neighborhood of Itapuã, in Salvador. This way, it was verified the relevance of the analysed audiovisual material regarding the development of reflections about themes on the African and AfroBrazilian history and culture; and the target group acceptance by the was investigated at that school.

Key words: Public policies. Law 10.639/2003. Education for the ethnic-racial relationships. Educational Technologies. "Almanaque Viramundo".

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | |
|---|----|
| Figura 1 - Quadro das Legislações que versam sobre a Educação para as Relações Étnico-raciais | 19 |
| Figura 2 - Quadro com a População Negra nos Bairros de Salvador/IBGE | 26 |
| Figura 3 - Farol de Itapuã | 27 |
| Figura 4 - Quadro de Referência Versão Preliminar | 34 |
| Figura 5 - Quadro com Cronograma da Pesquisa | 49 |
| Figura 6 - Plano Inclinado da Liberdade | 56 |
| Figura 7 - Historiador João José Reis | 59 |
| Figura 8 - Juíza Luislinda Valois | 61 |
| Figura 9 - Escultura do Mestre Didi, Eleye N'la | 64 |
| Figura 10 - Antropóloga Goli Guerreiro | 65 |
| Figura 11 - Capa do Documentário Pierre Verger – Mensageiro entre Dois Mundos | 67 |

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| 1. INTRODUÇÃO | 8 |
| 2. OBJETIVOS | 13 |
| 2.1 Geral | 13 |
| 2.2 Específicos | 13 |
| 3. COMPONENTES PARA A CONSTRUÇÃO DOS OBJETOS DA PESQUISA | 14 |
| 3.1 A Lei 10.639/2003 – A Educação Étnico-Racial e a Legislação Brasileira | 14 |
| 3.2 O Almanaque Viramundo | 22 |
| 3.3 O Bairro de Itapuã e o Colégio Estadual Governador Lomanto Júnior | 25 |
| 4. FUNDAMENTANDO TEORICAMENTE | 30 |
| 4.1 Políticas Públicas e a Lei 10.639/2003 | 30 |
| 4.2 Avaliando Políticas Públicas | 31 |
| 4.3 As Tecnologias Educacionais | 35 |
| 4.3.1 A teoria da aprendizagem de Vygotsky na relação da imaginação e realidade | 39 |
| 5. METODOLOGIA | 43 |
| 6. CRONOGRAMA | 49 |
| 7. ANÁLISE DO DISCURSO DOS QUADROS DO ALMANAQUE VIRAMUNDO | 50 |
| 7.1 Contextualização Sócio-Histórica e Política | 50 |
| 7.2 Quem Produz e Para Quem se Produz o Discurso – Os Interlocutores | 51 |
| 7.3 Analisando os Quadros do Almanaque Viramundo | 53 |
| 7.3.1 Bahia Assim – Liberdade | 53 |
| 7.3.2 Entrevista – João José Reis | 56 |
| 7.3.3 Entrevista – Luislinda Valois | 59 |
| 7.3.4 Artefatos – Escultura “Grande Pássaro Mãe”, de Mestre Didi | 61 |

| | |
|--|----|
| 7.3.5 Entrevista – Goli Guerreiro | 64 |
| 7.3.6 Artefatos – Documentário Pierre Verger – o mensageiro entre dois mundos, de Lula Buarque de Holanda | 67 |
| 7.4 Considerações Preliminares | 69 |
| | |
| 8. RESULTADOS O GRUPO FOCAL DO COLÉGIO ESTADUAL GOVERNADOR LOMANTO JÚNIOR | 72 |
| | |
| 8.1 Considerando Quadro de Referência e Resultados do Grupo Focal | 78 |
| | |
| 9. CONSIDERAÇÕES FINAIS | 81 |
| | |
| 10. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 84 |
| | |
| ANEXO – LEI 10.639/2003 | 91 |

1. INTRODUÇÃO

A problemática étnico-racial no Brasil inicia-se com a sua colonização. Portugueses, indígenas e africanos escravizados passaram a conviver, cada um dentro do status que lhe foi conferido pelos grupos hegemônicos. O povo negro sempre resistiu à condição de escravo, desde os quilombos ao movimento ativista dos anos de 1970 e 1980. Questões de discriminação e desigualdades não são novidades e estão presentes no cotidiano da sociedade brasileira. Existe uma luta promovida por entidades da sociedade civil e hoje também governamental que busca o respeito à diversidade étnica, de sexo, de religião, de orientação sexual, além de discutir mecanismos que influam na definição de oportunidades para inserção no mercado de trabalho, progressão na carreira, desempenho educacional, acesso ao ensino superior e participação na vida política de maneira igualitária.

Nascimento (2012) afirma que a luta de classes que se confunde com a própria história da humanidade, conforme o pensamento de Karl Marx, historiador alemão (1818 – 1883), gerou no Brasil, como consequência, “a exploração do povo afrodescendente como mera ferramenta de utilidade material, força de trabalho e bem comercializável” (NASCIMENTO, 2012, p. 01). A escravidão de africanos desconsiderou o desmantelamento das populações “que compunham o continente africano e que se dispersaram por todo o mundo ocidental na constituição do capitalismo em suas múltiplas contradições sociais” (idem, p. 01).

A partir da década de 1980, com a retomada dos movimentos sociais e da Conferência Mundial Contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, de Durban, em 2001, o governo brasileiro passou a formular políticas que diminuíssem os danos causados por décadas de direitos sociais negados aos afrodescendentes.

Para tanto, o poder público nacional promoveu ações afirmativas, por exemplo, a política de cotas para o ingresso em universidades públicas e institutos federais, as leis 10.639/2003 e 11.645/2008. As cotas ainda são uma questão polêmica na sociedade brasileira, entretanto, apesar das resistências, a presidenta Dilma Rousseff sancionou, em agosto deste ano, a Lei 12.711, que impõe a porcentagem de 50% para descendentes de negros e índios egressos de escolas públicas, nas universidades e institutos federais, tendo essas instituições até 4 anos para se adequarem à nova legislação.

A militância afrodescendente brasileira é unânime em garantir que a Lei 10.639/2003 constituiu-se uma grande vitória. Refletindo dentro dessa lógica, Pereira (2011) afirma: “Podemos identificar, portanto, a Lei 10.639 [...] um dos resultados desse novo lugar político e social e das várias reivindicações dos movimentos negros ao longo das últimas décadas” (PEREIRA, 2011, p. 27) A sancionada, em 2003, estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática história e cultura da África e afro-brasileira.

Sabe-se que iniciativas as quais objetivam a luta pela dignidade dos afrodescendentes vêm sendo aplicadas pelo terceiro setor, através de Organizações Não-Governamentais, e estão obtendo sucesso, principalmente no que se refere à inserção de jovens no ensino superior. Já o Estado vem, desde a década de 1990, tentando emplacar as Ações Afirmativas como forma de reparar o que foi suprimido tempos atrás àquelas pessoas que foram trazidas da África e aos seus descendentes.

A Lei 10.639/2003 possui caráter estruturante, não se trata, apenas, de oportunizar aos afrodescendentes vagas em universidades públicas. Essa legislação atende a uma necessidade muito mais ampla: a exigência de uma educação inclusiva, plural e antidiscriminatória. Ao adotar no currículo, de forma pulverizada em todas as disciplinas, conteúdos que abarquem a história e a cultura africana, passamos a fugir de uma educação elitista e eurocêntrica. Sobre essas características da educação, Santos (2008) afirma:

Com efeito, a reprodução da ideologia dominante no Brasil, que no caso da educação é respaldada por uma visão eurocêntrica e monoculturalista, baseada numa suposta “*democracia racial*” e alicerçada numa aparente “competição democrática” tem como consequência o impedimento da formação da identidade coletiva e da mobilização do segmento negro que atribui sua condição a questões estritamente socioeconômicas ou ético-morais (incompetência, preguiça, malandragem, etc.) (SANTOS, 2008, p. 1).

Não basta implantar uma política pública e social, é imprescindível que sua aplicação seja acompanhada e seus resultados avaliados, por isso a pesquisa que estamos desenvolvendo possui relevância social. Não adianta o Governo Federal ter sancionado uma Lei que não é bem aplicada nas escolas. A sociedade precisa acompanhar essas ações, analisar sua aplicação, avaliar e exigir revisão do que não está funcionando. Assim, estaremos exercendo também nosso papel de cidadão.

Nesse sentido, as questões que delimitam essa pesquisa são as seguintes Em que medida a programação da TV Anísio Teixeira está atendendo à Lei 10.639/2003? Como esse recurso foi recebido pela comunidade do Colégio Estadual Governador Lomanto Júnior, tanto como recurso pedagógico, quanto no que se refere ao cumprimento dessa Lei?

Para buscar responder a essas questões, a pesquisa visa fazer a análise do discurso de recursos audiovisuais educativos produzidos pela Secretaria da Educação do Estado da Bahia, através do Instituto Anísio Teixeira - IAT. Assim, foram analisados quadros que compõem as 12 edições do programa *Almanaque Viramundo*, realizado pela TV Anísio Teixeira, com o objetivo de verificar, em que medida, esse material didático- pedagógico atende à Lei 10.639/2003.

Munanga (2005) demonstra a necessidade da tomada de consciência por parte dos atores envolvidos com a educação enfatizando que os instrumentos de trabalho usados na escola, como livros, materiais didáticos visuais e audiovisuais estão impregnados de conteúdos “viciados, depreciativos e preconceituoso em relação aos povos e culturas não oriundos do mundo ocidental” (MUNANGA, 2005, p. 15). Diante disso, concluiu-se que recursos didáticos inovadores são mais que necessários para reverter esse panorama educacional. Seria o programa *Almanaque Viramundo* um desses recursos didáticos inovadores?

Acerca dos conteúdos, a aplicação dessa Lei busca inserir, no planejamento pedagógico das escolas brasileiras, assuntos que contemplem a diversidade cultural, histórica, étnica e linguística do continente africano, formado hoje por 54 países; seus problemas sociais do passado e do presente; a diáspora negra¹; além daqueles conteúdos que contam a história do povo africano em solo brasileiro, suas manifestações artísticas, culturais e religiosas.

A TV Anísio Teixeira é um veículo de comunicação para fins públicos (educacionais e pedagógicos), consiste numa iniciativa do Instituto Anísio Teixeira - IAT / Secretaria da Educação do Estado da Bahia - SEC, e possui como missão: “conceber, produzir e avaliar conteúdos educacionais em formato audiovisual, através de pesquisa e experimentação estético-pedagógicas, contemplando a diversidade sociocultural do Estado da Bahia” (IAT/SEC, 2010). Ainda de acordo com esse documento, a programação da TV Anísio Teixeira objetiva:

¹ Esse termo corresponde ao fenômeno sociocultural e histórico que ocorreu em países africanos devido à imigração forçada, para fins escravagistas mercantis, entre a [Idade Moderna](#) e o final do [século XIX](#). Foi cunhado por historiadores, militantes de movimentos civis e descendentes de ex-escravos.

- Ampliar a noção de espaço educativo, conhecimento, saberes e a percepção da realidade de educadores e educandos;
- Veicular programas que auxiliem o conteúdo curricular da escola;
- Estabelecer pontes entre o ensino superior e o ensino básico;
- Atuar em prol da formação inicial e continuada dos profissionais da Educação, como instrumento de EAD;
- Popularizar o acesso ao conhecimento científico na comunidade escolar;
- Defender a diversidade (étnico-racial, religiosa e sexual) e os direitos humanos;
- Auxiliar na erradicação do analfabetismo;
- Interrelacionar formas de conhecimento e conteúdos de diferentes disciplinas;
- Auxiliar na divulgação de valores artístico-culturais e de espaços (IAT/SEC, 2010).

A partir dessas perspectivas, foram analisados, nesse trabalho, os conteúdos do programa *Almanaque Viramundo*, no que se refere à aplicação da Lei 10.639/2003. O audiovisual passou a ser um recurso pedagógico viável nas escolas públicas estaduais, visto que, desde 2009, todas as salas de aula passaram a ter a TV Pendrive, equipamento que serve de suporte para a prática didático-pedagógica. O programa *Almanaque Viramundo* foi o piloto da TV Anísio Teixeira, resultado da capacitação para a linguagem audiovisual, da equipe pedagógica que compõe esse veículo, configurando-se num produto com diversos quadros, atendendo aos princípios da interdisciplinaridade, ou seja, contemplando temas que podem ser desenvolvidos por professores das mais variadas disciplinas do currículo escolar.

Além da análise do discurso, sob o ponto de vista linguístico, usando como referência as teorias de Bakhtin e de Foucault, de seis quadros do *Almanaque Viramundo*, que possuem relação direta com a história e cultura da África e dos afrodescendentes, também houve uma consulta a professores, estudantes, servidores, coordenadores pedagógicos, ou seja, à comunidade escolar, de uma escola pública a fim de avaliar a receptividade desse conteúdo, no que se refere ao cumprimento da Lei em questão. Optou-se pelo Colégio Estadual Governador Lomanto Júnior para verificação do alcance desse recurso didático uma vez que esse estabelecimento foi pioneiro na temática quando inseriu, em 1986, a disciplina *Introdução aos Estudos Africanos*, na parte diversificada de seu currículo escolar. Além de ser um local onde a pesquisadora possui livre acesso por já ter feito parte do seu corpo docente.

A fim de realizarmos essa pesquisa, visitamos estudiosos que tratam de temas relacionados com as seguintes questões: Políticas Públicas e sua avaliação; Educação para as

Relações Étnico-Raciais; Tecnologias Educacionais, a Linguagem Audiovisual e sua relação com a educação.

2. OBJETIVOS

2.1 Geral:

Avaliar seis quadros do recurso audiovisual educativo, *Almanaque Viramundo*, produzido pela Secretaria da Educação do Estado da Bahia/Instituto Anísio Teixeira, no que concerne à aplicação da Lei 10.639/2003, no Colégio Estadual Governador Lomanto Júnior, em Salvador.

2.2 Específicos:

- Analisar o discurso de seis quadros que compõem as doze edições do programa da TV Anísio Teixeira, *Almanaque Viramundo*, no que se refere ao cumprimento da Lei 10.639/2003;
- Verificar, em que medida, esses quadros atendem ao que está previsto na Lei 10.639/2003;
- Avaliar o papel do *Almanaque Viramundo* como material didático-pedagógico, no que tange à aplicação da Lei 10.639/2003;
- Perceber a receptividade da comunidade escolar do Colégio Estadual Governador Lomanto Júnior, ao assistirem aos seis quadros analisados, do programa *Almanaque Viramundo*, como recurso pedagógico, na aplicação da Lei 10.639/2003.

3. COMPONENTES PARA A CONSTRUÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA

Este capítulo tem como objetivo apresentar, de maneira mais detalhada, os componentes que contribuíram para a obtenção do objeto dessa pesquisa. Tem-se como objeto a recorrência a um programa educativo para discutir em que medida ele vem colaborando para que a Lei 10.639/2003 seja aplicada nas escolas e se, de fato, estaria cooperando para mudanças em relação à percepção sobre a história do povo negro e da África pelos estudantes. Assim, iniciaremos com informações referentes à Lei 10.639/2003, abordando questões que demonstrem como ocorreu a implantação, sua repercussão e críticas. Depois, apresentaremos o programa *Almanaque Viramundo*, da TV Anísio Teixeira, do qual serão analisados seus conteúdos, no decorrer desse estudo. Por fim, traremos informações acerca do bairro de Itapuã onde está localizado o Colégio Estadual Governador Lomanto Júnior, instituição onde foi realizada a pesquisa de campo.

3.1 A Lei 10.639/2003 - A Educação Étnico-Racial e a Legislação Brasileira

A primeira iniciativa de levar a diversidade étnico-racial para dentro da escola ocorreu no estado da Bahia. Em 20 de maio de 1985, o Conselho Estadual de Educação – CEE implantou a disciplina Introdução aos Estudos Africanos, acatando uma solicitação do CEAO – Centro de Estudos Afro-Orientais, da Universidade Federal da Bahia - UFBA e de entidades negras de Salvador e de todo o estado baiano.

Segundo Boaventura (2003), responsável pela pasta da Educação naquele período, essa disciplina constaria na parte diversificada do currículo, sendo oferecida tanto no primeiro como do segundo graus², das escolas públicas e privadas, sendo o Colégio Estadual Governador Lomanto Júnior, em Itapuã, a Escola Técnica Estadual Newton Sucupira, em Mussurunga, e o Colégio Estadual Duque de Caxias, no bairro da Liberdade, as primeiras escolas a incluir a disciplina, em seus currículos.

Para levar sua solicitação até o CEE, o CEAO/UFBA apresentou uma série de questões que justificaria a criação dessa disciplina nos currículos escolares, as quais Boaventura (2003) cita em seu artigo *Estudos Africanos na Escola Baiana: Relato de uma Experiência*:

² Correspondem ao que hoje conhecemos como Ensino Fundamental e Ensino Médio.

A direção do CEAO/UFBA tomou essa iniciativa como órgão executor do Programa de Cooperação Cultural Brasil-África arguindo as seguintes considerações:

- a) as raízes históricas do Brasil e especificamente da Bahia;
- b) a evolução histórica e as características étnico-demográficas da sociedade baiana;
- c) a densidade de componentes culturais africanos na composição da cultura baiana;
- d) a permeabilidade étnica e cultural da estrutura social da Bahia;
- e) o atual estágio das relações político-econômicas e culturais entre o Brasil e a África;
- f) as dimensões contemporâneas das relações interétnicas da cultura baiana;
- g) a política da União desenvolvida através de programas de intercâmbio cultural, visando ao crescimento dos estudos afro-brasileiros;
- h) a necessidade de efetivamente resguardar a memória do País e do Estado da Bahia e firmar a caracterização da identidade do povo e da cultura baiana;
- i) a receptividade do professorado de 1º e 2º graus (ensino fundamental e médio) e do público em geral ao curso ministrado pelo Centro de Estudos Afro-Orientais, em convênio com a Fundação Ford, de Introdução aos Estudos da História e das Culturas Africanas”, cabendo salientar que foi o primeiro curso desse teor oferecido no Brasil;
- j) a existência de pessoal habilitado no magistério público de 1º e 2º graus para desenvolver atividades de ensino e pesquisa no campo dos estudos africanos; e
- k) a existência de um convênio celebrado, em 1974, entre a União, o Estado da Bahia, a Universidade Federal da Bahia e o Município de Salvador, para a execução de um Programa de Cooperação Cultural entre o Brasil e os Países Africanos para o Desenvolvimento de Estudos Afro-Brasileiros (CEAO, ofício N. 183, de 1º de agosto de 1983 apud BOAVENTURA, 2003, p. 42 - 43).

Boaventura (2003) também apresenta o posicionamento das entidades negras baianas, no apoio ao esforço do CEAO/UFBA para instituir a nova disciplina:

1. a população de Salvador é constituída por um contingente majoritariamente de descendência africana;
2. o Brasil é uma sociedade pluricultural, por isso é necessário que seja estudada nas escolas a História das três constituintes da nação brasileira;
3. a ausência do estudo da História e da Cultura negra, nos currículos escolares, concorre para a falta de identidade cultural e conseqüentemente, para a inferiorização do povo negro e de seus descendentes no Brasil;
4. existe grande receptividade e expectativa da comunidade a todos os cursos sobre Estudos Africanos que são oferecidos por iniciativa dos Movimentos Negros e da Universidade através do CEAO – Centro de Estudos Afro-Orientais da Universidade Federal da Bahia; e
5. as relações político-econômica-culturais entre o Brasil e a África pressupõem um conhecimento mútuo da História e Cultura entre as nações brasileira e africana (OFÍCIO das entidades negras, 10 de março de 1984 apud BOAVENTURA, 2003, p. 43).

Diante da aceitação do CEE da Bahia, essa iniciativa torna-se pioneira no Brasil ao levar a discussão das diferenças culturais e étnico-raciais oficialmente para as escolas. De acordo, ainda, com Boaventura (2003), para que essa disciplina fosse ministrada com sucesso, criou-se o Curso de Especialização de Introdução aos Estudos de História e Culturas Africanas, na Universidade Estadual da Bahia – UNEB, com o objetivo de capacitar os professores.

No restante do país e também na Bahia, nessa mesma década, intensificavam-se os movimentos de diversos segmentos da sociedade, reclamando por uma democracia social. “[...] movimentos ligados a lutas étnicas e de sexo, associações de bairros, grupos ecológicos e toda sorte de ‘movimentos de minorias’ igualmente se mobilizavam com o propósito de construir uma ‘democracia para todos’ [...]” (RIZOTTI, s.d., p. 11). Toda essa mobilização refletiu-se na Assembleia Nacional Constituinte através da participação popular efetiva, gerando a Carta Constitucional de 1988 que abriu espaço para garantias e avanços nas políticas sociais.

No que diz respeito à educação para as relações étnico-raciais, a Constituição de 1988, traz, no Artigo 242, a garantia de que o ensino de História contemplaria todos as etnias que contribuíram para a formação do nosso povo:

Art. 242. O princípio do art. 206, IV, não se aplica às instituições educacionais oficiais criadas por lei estadual ou municipal e existentes na data da promulgação desta Constituição, que não sejam total ou preponderantemente mantidas com recursos públicos.

§ 1º - O ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL de 1988).

Inspirada nessa Carta, a Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional – LDB nº 9.394, promulgada em 20 de dezembro de 1996, também enfatiza, no parágrafo 4º, do artigo 26º, o respeito às diversidades culturais e étnicas, no ensino da História do Brasil, priorizando de forma, equânime, os três elementos que formaram a população nacional:

§ 4º. O ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e europeia (LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL, nº 9394/1996).

Entretanto, nem a Constituição Federal, nem a LDB 9394/1996 seriam suficientes para garantir uma educação plural e antidiscriminatória, mas não foi isso que aconteceu em nosso país. A herança racista enraizada, em nossa sociedade por mais de três séculos de escravidão, sedimentou valores defendidos pelos grupos dominantes, priorizando a história e culturas eurocêntricas.

A partir dessa perspectiva que, em 9 de janeiro de 2003, foi sancionada a Lei 10.639, que alterou a LDB de 1996, tornando obrigatório o ensino da história e cultura da África e afro-brasileira em todas as escolas do país. Essa lei é considerada uma conquista do movimento negro brasileiro. Para Silva (2013),

[...] a Lei 10639/2003 oferece argumentos para busca de meios, a fim de se superarem relações de dominação e de subordinação, desigualdades, sejam, elas, ou não, acentuadas, bem como se intervenha em situações desfavoráveis para pessoas e grupos cujo trabalho e vida têm sustentado vantagens para outros que os desprezam e maltratam explicitamente ou não (SILVA, 2013, p. 2).

Pereira (2011), citando Pereira (2008)³ e Domingues (2007)⁴, apresenta três fases do movimento negro no Brasil, ao longo do século XX, sendo a primeira iniciada no início do século, indo até o 1937, com o Golpe do Estado Novo; a segunda vai da metade da década de 1940 até o Golpe Militar de 1964; e a terceira tem início em 1974, com a Abertura política e caracteriza-se como a fase do movimento negro contemporâneo. E a educação é considerada por Pereira (2011) como um ponto fundamental nas reivindicações do movimento negro da terceira fase:

Uma característica importante do movimento negro contemporâneo, articulada diretamente à questão da importância da educação para a população negra, vista aqui como uma continuidade ao longo do processo de constituição do movimento ao longo do Século XX, é a reivindicação pela “reavaliação do papel do negro na história do Brasil”, contida na “Carta de princípios” do MNU (PEREIRA, 2011, p.38).

³ PEREIRA, Amauri Mendes. **Trajétória e Perspectivas do Movimento Negro Brasileiro**. Belo Horizonte: Nandyala, 2008.

⁴ DOMINGUES, Petrônio José. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Revista Tempo**, Universidade Federal Fluminense, vol. 23, p. 100-122, 2007.

A partir daí, muitas iniciativas foram formalizadas visando ao reconhecimento e valorização da população negra na sociedade brasileira. Dentre tantas, podemos e citar a opção de comemorar o 20 de novembro, aniversário de morte de Zumbi dos Palmares, como um dia representativo para a luta contra a discriminação e o racismo ao em vez de 13 de maio, Dia da Abolição da Escravatura.

Com a implantação da Lei 10.639/2003, nas escolas brasileiras, evita-se a hegemonia da lógica pedagógica elitista, promovendo uma educação voltada para o diverso, respeitando as diferenças e motivando a autoestima dos estudantes sejam eles pertencentes a qualquer grupo social. Incluídos e valorizados, esses alunos sentir-se-ão sujeitos de sua história, logo indivíduos capazes de exercer seu papel como cidadão. Silva (2013) diz que essa legislação “cria condições para que superemos estereótipos a partir dos quais se têm formulado julgamentos precipitados, incorretos a respeito de nós negros, do nosso modo de viver, conviver, pensar, agir, construir e compartilhar conhecimentos” (SILVA, 2013 p. 2).

Sobre os conteúdos a serem desenvolvidos, em sala de aula, Silva (2013) afirma que, tomando como base as orientações do Conselho Nacional de Educação, o estudo da história e cultura dos povos e nações africanas poderia destacar sociedades como a do Egito, dos impérios de Gana, do Mali, do Zimbábue, discutir questões que envolvessem “a história do tráfico, da escravidão, da construção da diáspora africana nas Américas, na Europa, na Ásia”, o aprendizado da leitura de textos escritos ou não, além de outras expressões como “esculturas, pinturas, ornamentos, instrumentos de trabalho, de comunicação com os Ancestrais - mas também com expressões imateriais tramadas pelas expressões da oralitura, dos gestos, das danças”. Isso sem deixar de considerar todos dos tipos de registros que expressam africanidades: “pensamentos, sentimentos, sofrimentos, obras, realizações, argumentos, desejos, reivindicações, propostas construídas por africanos no Continente e na Diáspora” (idem, p. 3).

Em 2010, a Lei 11.645 ampliou a 10.639/2003 e trouxe a história e cultura indígena para os currículos escolares. Embora sejam reconhecidas como necessárias e justas, ambas carecem de bases estruturais para serem aplicadas efetivamente, como formação inicial e continuada de professores, material didático adequado e de boas intenções dos gestores escolares.

Entretanto, essas não foram as últimas legislações que contemplaram a questão étnico-racial. Ainda no ano de 2010, foi sancionada a Lei 10.288, a qual instituiu o Estatuto da Igualdade Racial. Já em 2012, a presidenta Dilma Rousseff instaurou a Lei 12.711, que passou a ser conhecida como a Lei das Cotas, pois impõe a porcentagem de 50% da reserva de vagas para descendentes de negros e índios egressos de escolas públicas, nas universidades e institutos federais, tendo essas instituições até 4 anos para se adequarem à nova legislação.

A LDB de 1996 voltou a ser alterada, através da Lei 12.796, de 4 de abril de 2013, ao incluir no artigo 3º, o inciso XII que traz como um dos princípios para a educação a consideração com a diversidade étnico-racial.

Não se pode deixar de citar o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, de 24 de fevereiro de 2008, que atribui à educação o papel fundamental para:

- a) criar uma cultura universal dos direitos humanos;
- b) exercitar o respeito, a tolerância, a promoção e a valorização das diversidades (étnico-racial, religiosa, cultural, geracional, territorial, físico-individual, de gênero, de orientação sexual, de nacionalidade, de opção política, dentre outras) e a solidariedade entre povos e nações;
- c) assegurar a todas as pessoas o acesso à participação efetiva em uma sociedade livre. (PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS, 2008).

Essas atribuições para a educação reforçam os ideais promovidos pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, quando de sua criação, em meados do século passado, mais precisamente em 1948. Quantos anos se passaram e ainda podemos perceber a educação como fator preponderante para a disseminação da paz, do respeito, da solidariedade entre os povos locais e globais.

Figura 1: Quadro das Legislações que versam sobre a Educação para as Relações Étnico-raciais.

| ANO | LEGISLAÇÃO | TEMA |
|------|---|---|
| 1948 | Declaração Universal dos Direitos Humanos | Educação como forma de promover a paz e a tolerância. |
| 1986 | Conselho Estadual de Educação da Bahia – Criação da disciplina Introdução aos Estudos Africanos | Disciplina criada para ser inserida na Parte Diversificada do Currículo |

| | | |
|------|--|---|
| | | Escolar |
| 1988 | Constituição Federal de 1988 | Garantia do ensino da história de todos os povos que contribuíram para a formação do país. |
| 1996 | Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional – nº 9394/1996 | Respeito às diversidades culturais e étnicas, no ensino da História do Brasil, priorizando de forma, equânime, os três elementos que formaram a população nacional. |
| 2003 | Lei 10.639/2003 | Torna obrigatório o ensino da história e cultura africana e afro-brasileira em todas as escolas do país. |
| 2008 | Plano Nacional de Educação para os Direitos Humanos | Atribui à Educação a função de promover o respeito, a tolerância e a valorização das diversidades. |
| 2010 | Lei 10.645/2010 | Amplia a Lei 10.639/2003, contemplando a história e cultura indígena. |
| 2010 | Lei 10.288/2010 | Estatuto da Igualdade Racial |
| 2012 | Lei 12.711/2012 | Lei das Cotas – 50% das vagas das universidades e institutos federais serão reservadas a descendentes de índios e negros egressos de escolas públicas |
| 2013 | Lei 12.796/2013 | Alteração da LDB 9394/1996, traz como um dos princípios atenção para a educação nacional a considerando a diversidade étnico-racial. |

Para Jesus (2013), a educação em direitos humanos é tão relevante que deveria integrar, juntamente com a educação para as relações étnico-raciais, todos os componentes do processo educacional, de forma transversal, de maneira que abrangesse o projeto político-pedagógico, os planos de desenvolvimento institucional da escola, os programas pedagógicos de cursos e os materiais didáticos (JESUS, 2013, p. 1).

Seguindo esse raciocínio, entendemos que a participação da gestão escolar com a formulação do Projeto Político Pedagógico adequado a esse fim, a formação continuada de professores e materiais didáticos específicos formam o tripé para o cumprimento efetivo da Lei 10.639/2003.

Em uma pesquisa avaliativa realizada por Paixão (2013) acerca da abrangência dessa legislação a nível nacional, a partir da análise de comentários dos participantes de um Fórum de Discussão, do *Seminário Virtual Nacional História e Cultura Africana e Afro-Brasileira na Escola – Conquistas, desafios e perspectivas: 10 anos da Lei 10.639/03*, promovido pela **Fundação Joaquim Nabuco**, ocorrido nos meses de maio e junho do ano de 2013, e concluiu-se que um terço dos participantes reconhecia a Lei 10.639/2003 como um marco na luta do movimento negro brasileiro, constituindo-se num importante instrumento para a recuperação da igualdade em nossa sociedade; a metade dos comentários, 45%, sinalizava para a necessidade de intensificar as propostas de debates com o objetivo de tornar a Lei 10.639/2003 mais conhecida no meio acadêmico e pedagógico, assim como sugeria a revisão e a reestruturação dessa política pública; 17,5% dos comentários sinalizaram a ocorrência de projetos relacionados ao cumprimento dessa lei, na Educação Básica; já no que se referia ao Ensino Superior, na formação inicial de professores, o índice de incidência foi de 28,33%, sendo os cursos citados, em sua maioria, os de licenciatura em História, Pedagogia e poucos casos, em Letras.

Diante desses dados, acreditamos que pesquisas avaliativas dessa natureza, que enfocam a Lei 10.639/2003, são instrumentos eficazes para fomentar discussões e reflexões no que diz respeito ao seu cumprimento, objetivando ações políticas que forcem revisão e reestruturação dos mecanismos que possibilitem a efetivação dessa lei, como formação inicial e continuada de professores, em especial das disciplinas-chave: História, Literatura e Arte. Além de estimular a produção de material e recurso didático que atendam às determinações da Lei 10.639/2003 e gestão escolar comprometida com a educação para as relações étnico-raciais.

Conheçamos, a seguir, o *Almanaque Viramundo*, um programa concebido para servir como recurso pedagógico para os professores das escolas públicas estaduais da Bahia. A partir da sua análise, será possível perceber em que medida a Secretaria da Educação do Estado está produzindo material didático que se enquadre nas determinações da Lei 10.639/2003.

3.2 O Almanaque Viramundo

A TV Anísio Teixeira surge, através da Portaria Nº 9.004/08, publicada no Diário Oficial do Estado em 20 de agosto de 2008, como parte integrante da Rede Anísio Teixeira, que se constitui num Programa de Difusão de Linguagens e Tecnologias da Comunicação, integrando projetos de rádio web, Portal da Educação, Informes IAT, além da própria TV Anísio Teixeira.

Segundo documento oficial da Secretaria da Educação, a TV Anísio Teixeira é formada por uma equipe de 19 educadores, os quais foram selecionados, exclusivamente, para o projeto, por meio de edital. Esse grupo de professores é responsável pelo desenvolvimento da proposta estético-pedagógica de cada série e programa (SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA, 2008).

No período correspondente aos anos de 2009 a 2012, a TV AT (como também é chamada a TV Anísio Teixeira) produziu 30 séries de televisão, entre elas, programas, interprogramas e reportagens especiais que compõem a grade de programação. Toda essa produção ainda está sendo exibida pela TVE – Bahia, tanto no canal analógico, como no digital. Os produtos da TV AT possuem licença livre, *Creative Commons*, o que possibilita que qualquer pessoa possa utilizá-los e baixá-los (fazendo *download*) sem nenhum custo.

Os programas *Almanaque Viramundo*, revista eletrônica e *Máquina de Democracia*, jornalismo especializado em Educação, Ciência e Cultura, são as experiências piloto da equipe, sendo os primeiros a serem lançados, em novembro de 2009.

De acordo com o professor Armando Alexandre Castro, coordenador pedagógico das oito primeiras edições, o *Almanaque Viramundo* é uma revista eletrônica que procura “inovar a partir da experimentação estética, apresentando curiosidades ligadas às disciplinas escolares, perfis, depoimentos, informações e dados da educação e dos movimentos culturais da Bahia” (CASTRO, 2010, p. 01). Ele acrescenta, ainda, que “o programa colabora com a ampliação da noção de espaço educativo, conhecimento e saberes, inter-relacionando formas e conteúdos de diferentes disciplinas” (idem, 2010, p. 01).

A série possui 12 edições, de 26 minutos, em cada uma alternam-se 10 quadros que possuem formatos e duração variada. Podem apresentar-se sob a forma de documentários de curta metragem ou curtadoc, com 4 a 6 minutos, entrevistas, enquetes ou pílulas (peças pequenas). As oito primeiras edições foram apresentadas pelo ator baiano Marcelo Praddo, já as quatro finais, pelo educador da Rede Anísio Teixeira, Geraldo Seara, sob a direção de

Harrison Araújo. Conforme o *Guia Pedagógico*, publicado no *Ambiente Educacional Web*, os quadros do *Almanaque Viramundo* são os seguintes:

- **Na Lata:** mostra opiniões da comunidade escolar e da sociedade em geral, acerca de temas polêmicos e relevantes. Os depoimentos têm, em média, 15 segundos;

Formato: Enquete

Disciplinas contempladas: História, Sociologia, Biologia e Geografia, além dos Temas Transversais.

- **Anônimos:** divulga pessoas comuns, anônimas na grande mídia, mas que desenvolvem práticas e comportamentos que fazem a diferença em suas comunidades;

Formato: Curtadoc

Disciplinas contempladas: Sociologia, Geografia e Filosofia, além dos Temas Transversais.

- **Superação:** divulga pessoas que, ainda vivendo em condições desfavoráveis, tanto sociais, como econômicas, superaram as dificuldades, mostrando-se úteis em suas comunidades e ambientes de trabalho;

Formato: Curtadoc

Disciplinas contempladas: Sociologia, Geografia e Filosofia, além dos Temas Transversais.

- **Aqui é Massa:** apresenta sugestões de lazer em locais atrativos pelas suas características naturais e/ou culturais;

Formato: Pílula

Disciplinas contempladas: Geografia, Língua Portuguesa, História, Filosofia e Sociologia, além dos Temas Transversais.

- **Artefatos:** discute peculiaridades de produções artísticas, de naturezas diversas, de maneira contextualizada e interdisciplinar;

Formato: Curtadoc

Disciplinas contempladas: Artes, História, Literatura Brasileira, Geografia, Sociologia e Filosofia, além dos Temas Transversais.

- **De Um Tudo:** mostra, a partir da ludicidade, curiosidades acerca de questões das mais variadas áreas do conhecimento;

Formato: Pílula (animação)

Disciplinas contempladas: Artes visuais, Biologia, Química, Física, além dos Temas Transversais.

- **Pois é, Poesia:** traz textos poéticos curtos de autores brasileiros, principalmente, aqueles que privilegiam os caligramas, os ideogramas, a geometria ou a poesia abstrata, de autores brasileiros;

Formato: Pílula (animação)

Disciplinas contempladas: Língua Portuguesa, Literatura Brasileira, Artes visuais, além dos Temas Transversais.

- **Vide-Verso:** apresenta palavras, expressões e imagens pertencentes a universos culturais distintos, demonstrando seu uso e significados em diferentes contextos;

Formato: Pílula (animação)

Disciplinas contempladas: Artes visuais, Sociologia, Língua Portuguesa e História, além dos Temas Transversais.

- **Ninguém Merece:** discute atitudes pouco sociáveis, a partir de cenas do cotidiano, de forma lúdica e divertida;

Formato: Pílula (animação)

Disciplinas contempladas: Artes Visuais, Filosofia, Sociologia e Língua Portuguesa, além dos Temas Transversais.

- **Bahia Assim:** apresenta um bairro ou uma cidade baiana, a partir das práticas sociais, culturais e econômicas, revelando características como diversidade linguística, tradição oral, patrimônio cultural material e imaterial, atividades econômicas e comportamentos;

Formato: Curtadoc

Disciplinas contempladas: Geografia, História, Sociologia, Filosofia, Língua Portuguesa, além dos Temas Transversais.

- **Entrevista:** conversa com personalidades e/ou especialistas sobre temas do interesse da sociedade e da comunidade escolar;

Formato: Entrevista

Disciplinas contempladas: Todas as áreas do conhecimento (GUIA PEDAGÓGICO ALMANAQUE VIRAMUNDO, 2011, p: 5 - 9).

3.3 O Bairro de Itapuã e o Colégio Estadual Governador Lomanto Júnior

O bairro de Itapuã localiza-se no litoral norte, distanciando-se 25 Km do Centro de Salvador. A palavra itapuã tem origem indígena e significa “pedra inclinada ou de ponta”, segundo Oliveira (2009). Entretanto seus moradores costumam dizer que esse significado corresponde à “pedra que ronca”.

Oliveira (2009) conta que, no século XVI, os campos de Itapuã, assim como as áreas em torno da Baía de Todos os Santos e o Recôncavo, eram habitados por aglomerações indígenas da etnia Tupinambá. Garcia d’Ávila, feitor de Tomé de Souza e, posteriormente, responsável pela pecuária, ampliou sua criação de gado para essas terras, “localizadas ao norte pelo litoral atlântico separadas da Ponta do Padrão por muitas dunas de areias, comparadas a lençóis brancos” (OLIVEIRA, 2009, p. 54). A convivência de Garcia d’Ávila com os tupinambá era conturbada, até que os ataques amenizaram-se por conta do seu casamento com uma índia que ficou conhecida como Francisca Rodrigues. Anos mais tarde, os ataques ficaram mais constantes, mas não impediram o crescimento das fazendas de gado de Garcia d’Ávila que rico, na década de 1560, mudou-se para a Casa da Torre, mais para o norte, próxima ao rio Pojuca, hoje conhecido como o Castelo de Garcia d’Ávila, na Praia do Forte.

Após a morte de Garcia d’Ávila, em 1609, a fazenda de Itapuã ficou sob a responsabilidade de seu neto, Francisco Dias d’Ávila. As origens dessa localidade são bem descritas por Oliveira (2009):

A implantação da fazenda dos Garcia d'Ávila acabou por pacificar e domesticar as aldeias tupinambás daqueles campos, transformando Itapuã numa pequena povoação com a sede e a capela de São Francisco próximas aos currais de gado. Além dos trabalhos de manejo dos rebanhos – de bois, vacas, éguas, cabras e porcos – e das lavouras de cana para os engenhos de açúcar instalados na região, que fizeram afluir grande número de trabalhadores escravos africanos, também era praticada a pesca com redes e outras armadilhas nas águas da enseada e em alto mar. (OLIVEIRA, 2009, p. 56).

A partir de 1614, com a liberação da pesca da baleia, Itapuã passou a ser um dos locais onde se pescava e realizava o aproveitamento do animal, com a obtenção do azeite ou óleo de baleia, utilizando-se mão de obra escrava ou livre.

Itapuã se transformara numa vila de pescadores, reunindo escravos africanos, índios remanescentes e seus descendentes crioulos e mestiços, que aí construíram, por volta de 1625, uma capela de palha dedicada a Nossa Senhora da Conceição de Itapuã, que em 1646 é erguida em alvenaria, tomando a forma que possui hoje. Em torno deste núcleo central, desenvolviam-se atividades de carpintaria naval, de artesanato de cordas e de marcenaria. [...] A existência da armação de pesca da baleia (pirapuama para os índios) com sua casa de contrato, garantia ocupação e relativa autonomia à população de Itapuã, como nas outras armações da orla, Armação do Saraiva, Pituba e Rio Vermelho, na direção da cidade. (OLIVEIRA, 2009, p. 57).

A miscigenação está presente ainda hoje, nesse bairro. Anualmente, ocorre a Lavagem de Itapuã, com adeptos do candomblé e da igreja católica referenciam nossa Senhora da Conceição. O grupo afro Malê Debalê, criado em 23 de março de 1979 e instalado no Parque Metropolitano do Abaeté, representa a forte influência afrodescendente.

Segundo dados do IBGE a partir do Censo 2010, o bairro de Itapuã é o segundo de Salvador com maior número de população negra, correspondendo a 52.506 pessoas, conforme o quadro:

Figura 2: Quadro com a População Negra nos Bairros de Salvador/IBGE

| BAIRRO | POPULAÇÃO NEGRA | POPULAÇÃO DO BAIRRO | PORCENTAGEM DA POPULAÇÃO NEGRA |
|--------------------------|----------------------------|--------------------------------|---|
| Pernambués | 53.580 | 64.983 | 82,45% |
| Itapuã | 52.206 | 66.961 | 77,96% |
| Brotas | 49.804 | 70.158 | 70,99% |
| Paripe | 46.505 | 55.039 | 84,49% |
| Fazenda Grande do Retiro | 46.478 | 53.806 | 86,38% |
| São Cristóvão | 45.505 | 53.906 | 84,42% |
| Tancredo Neves | 43.523 | 50.416 | 86,33% |
| São Caetano | 43.162 | 51.159 | 84,37% |
| Periperi | 42.717 | 49.879 | 85,64% |
| Boca do Rio | 38.447 | 48.032 | 80,04% |

Fonte: Censo 2010, IBGE

Figura 3 – Farol de Itapuã



Fonte: Almanaque Viramundo, Bahia Assim – Itapuã.

Nesse bairro, na Rua Souza Brito, antiga Estrada do Farol, localiza-se o Colégio Estadual Governador Lomanto Júnior, fundado em 07 de março de 1964, através da portaria

19.140, exatamente na gestão do então governador da Bahia, Antônio Lomanto Júnior⁵. Inicialmente, a escola funcionava na sede provisória do Clube Pinaúna (atual Clube Cassas), entre os anos de 1964 e 1965. Nessa época, possuía 134 alunos matriculados e teve como primeira diretora a professora Candolina Rosa de Carvalho Cerqueira.

Só em 1965, passou a funcionar na Estrada do Farol, num pavilhão composto com seis salas de aula, em um prédio localizado na rua principal, cercado por uma cerca de arame. Nesse período, tinha quatro turmas da primeira série Ginásial, hoje Ensino Fundamental – Séries Finais, e o quadro de pessoal era composto por 09 funcionários e 10 professores.

Os cursos de Contabilidade, 2º grau, atual Ensino Médio, e o curso Normal, hoje denominado Magistério, começaram a funcionar, em 1966. Este último desativado em 1974 e foi substituído pelo curso de Administração que, por sua vez, foi desativado em 1982. Já em 1969, foram construídas mais 07 salas e depois, mais 03 para abrigar os laboratórios de Química, Física e Biologia.

Foi na década de 1980, que o Colégio Lomanto Júnior se tornou referência em cursos técnicos no bairro de Itapuã, com a oferta de cursos de Administração, Contabilidade e Magistério, e turmas do antigo 1º grau, hoje Ensino Fundamental. Já chegou a funcionar com 28 salas de aulas, caracterizando-se como colégio de Porte Especial. Em 1996, um projeto da UFBA, em parceria com o Instituto Anísio Teixeira – Secretaria da Educação, criou, nesse colégio, o Museu Didático-Comunitário de Itapuã. Em 1982, foi inaugurado o auditório com capacidade para 280 lugares.

Hoje a unidade possui 22 salas. A Direção atual é da professora Anatólia Machado Silva, antiga Supervisora do Curso de Magistério. O Corpo Diretivo ainda é formado pelos professores: Josilda Alvarez, vice-diretora do matutino, Morgana Gomes, vice-diretora do vespertino e Paulo José Santos, vice-diretor do noturno. De acordo com dados da Secretaria da Educação, o colégio possui 2.107 alunos matriculados no Ensino Médio, 210 na Educação Profissional (Técnico em Guia de Turismo) e 820 nas séries finais do Ensino Fundamental⁶. Funciona nos três turnos, assim distribuídos:

- Turno matutino – 21 turmas

⁵ Antônio Lomanto Júnior nasceu na cidade de Jequié, em 29 de novembro de 1924, governou a Bahia de 1963 a 1967.

⁶ O Ensino Fundamental é composto por duas etapas: do 1º ao 5º ano, correspondentes às Séries Iniciais (o que antes era denominado Alfabetização e 1ª a 4ª série primária) e do 6º ao 9º ano, correspondentes às Séries Finais (antigas 5ª, 6ª, 7ª e 8ª séries ginásiais).

-Turno vespertino – 15 turmas

- Turno noturno – 7 turmas

Tais considerações, aqui apresentadas, têm como pretensão promover uma articulação com o objeto dessa pesquisa, o qual, conforme anunciamos no início desse capítulo, refere-se à discussão de como a Lei 10.639/2003 vem sendo veiculada através do programa *Almanaque Viramundo*, da TV Anísio Teixeira, e em que medida tal material vem sendo utilizado e constitui-se como um recurso possível para aplicação dessa legislação, tendo como base o estudo de recepção com a comunidade escolar do Colégio Estadual Governador Lomanto Júnior, que fica no bairro de Itapuã. No próximo tópico, vamos discutir as bases teóricas dessa pesquisa, incluindo a relevância do audiovisual no processo ensino-aprendizagem.

4 FUNDAMENTANDO TEORICAMENTE

Este capítulo traz subsídios teóricos contextualizar as questões já anunciadas. Para tanto, iniciaremos com o debate acerca dos conceitos de Políticas Públicas e a relevância de sua avaliação; além da discussão que versa sobre o avanço tecnológico e a educação.

4.1 Políticas Públicas e a Lei 10.639/2003

Sendo a Lei 10.639/2003 uma política pública, acreditamos ser relevante a explanação sobre essa ação do poder público. Para Saraiva (2006), o conceito de política pública diz respeito a um conjunto de decisões por parte do poder público “que visa a ações ou omissões, preventivas ou corretivas, destinadas a manter ou modificar a realidade de um ou vários setores da vida social”. Isso deve ocorrer por intermédio “de definição de objetivos e estratégias de atuação e da alocação dos recursos necessários para atingir os objetivos estabelecidos” (SARAIVA, 2006, p.: 29).

As políticas públicas, segundo Vargas, referem-se a um conjunto de sucessivas respostas do Estado diante de situações que são consideradas problemas sociais. Apresenta como atores das políticas públicas, os políticos (partidos e movimentos) e as instituições sociais (movimentos sociais, organizações, grêmios) (VARGAS, 1992, p. 37). Assim, percebe-se o papel fundamental da sociedade como fonte geradora de demandas para formação de uma política pública. Analisando dessa maneira, lembramos que a Lei 10.639/2003 foi fruto da luta dos grupos de militância negra brasileira, conforme observamos anteriormente.

As etapas ou ciclo de vida de uma política pública, conforme Vargas (1992), correspondem à origem, à gestação ou formação; à formulação; à implementação; à evolução; à análise; e à reformulação. Aqui, nos interessa analisar o momento da avaliação por considerarmos uma etapa crucial para o alcance da efetividade dessa ação.

Assim, utilizando a Lei 10.639/2003, como exemplo, entendemos que ela é fruto de uma demanda social. E as demandas de grupos sociais sempre pautam as formulações das políticas públicas. Entretanto, essa a participação da sociedade não se restringe apenas a essa fase do ciclo dessas ações, conforme diz Parada (2008):

Según los temas, la participación puede alcanzar diversos niveles de intensidad, incluyendo el compartir información, realización de consultas, participación en las decisiones y/o en la implementación de las políticas (PARADA, 2008, p. 81 – 82).

Portanto, para a participação da sociedade nas diversas etapas do ciclo de vida das políticas públicas, o momento da avaliação deve ser encarado como um dos mais relevantes, pois é a partir daí, inclusive, ouvindo os atores envolvidos será possível reformular as ações para alcançar a efetividade. Falemos, então, sobre essa etapa.

4.2 Avaliando Políticas Públicas

Não basta implantar uma política pública e social, é imprescindível que sua aplicação seja acompanhada e seus resultados avaliados. Não adianta o poder público sancionar uma Lei, como a 10.639/2003, e esta não ser bem aplicada nas escolas ou que seus professores não sejam capacitados para essa aplicação. Essas ações precisam ser acompanhadas, analisadas, avaliadas para que seja possível uma revisão ou reestruturação, se for percebida essa necessidade.

“Avaliar é fixar o valor de uma coisa; para ser feita se requer um procedimento mediante o qual se compara aquilo a ser avaliado com um critério ou padrão” (FRANCO 1971, p. 3 apud COHEN & FRANCO, 1999, p. 73). No que tange às políticas públicas, segundo Cohen e Franco (1999), essa avaliação quando é de processo, de resultado ou de impacto deve ocorrer enquanto a ação está em sua fase de implementação, possibilitando uma reprogramação de sua execução. Já a avaliação terminal objetiva extrair dessa experiência conhecimentos para serem aplicados em projetos análogos (idem, p. 74). A Organização das Ações Unidas – ONU entende a avaliação como:

[...] um processo orientado a determinar sistemática e objetivamente a pertinência, eficiência, eficácia e impacto de todas as atividades à luz de seus objetivos. Trata-se de um processo organizativo para melhorar as atividades ainda em marcha e ajudar a administração no planejamento, programação e futuras tomadas de decisões (ONU, 1984, p. 18 apud COHEN & FRANCO, 1999, p. 76).

Segundo esses autores, existe uma diferença entre a avaliação e a pesquisa avaliativa científica. Para eles, esta última intenciona ampliar ou aprofundar o conhecimento com o intuito de transformar a realidade, enquanto que a avaliação, propriamente dita, prioriza a racionalidade no processo de execução das políticas públicas, com a escolha da alternativa mais adequada e viável, promovendo uma melhor aplicação dos recursos disponíveis, além de identificar o impacto da aplicação dessas ações.

Ainda sobre a pesquisa avaliativa, Henningan et al. (1982, apud COHEN & FRANCO, 1993) afirma que esta refere-se à “aplicação de métodos empíricos ou de pesquisa científica em avaliação de programas para chegar a afirmações causais e defensáveis (na lógica) sobre a eficiência dos mesmos. Seria assim um subconjunto do processo geral da avaliação” (HENNINGAN et al., 1982, p. 201 apud COHEN & FRANCO, 1993, p. 78).

Ao optar por essa perspectiva, concluímos que, ao avaliar uma política pública tendo como eixo central a avaliação de seu impacto na educação brasileira, ainda que em seu processo de execução, utilizando metodologias próprias da pesquisa científica, está se realizando uma pesquisa avaliativa a qual está intimamente relacionada ao processo de avaliação dessas políticas. Entretanto, não se trata de uma avaliação, em sua essência.

No que se refere à pesquisa avaliativa acerca da aplicação da Lei 10.639/2003, o método da triangulação pode ser bastante viável e seus resultados enriquecedores, uma vez que, por meio desse método, atores de diversos segmentos do processo são ouvidos, tendo assim a oportunidade de expressar suas opiniões. Essa forma de realizar a avaliação é explicada por Contandriopoulos (2006) como:

[...] uma atividade que consiste fundamentalmente em aplicar um julgamento de valor a uma intervenção, através de um dispositivo capaz de fornecer informações cientificamente válidas e socialmente legítimas sobre ela ou qualquer um dos seus componentes, permitindo aos diferentes atores envolvidos, que podem ter campos de julgamento diferentes, se posicionarem e construírem (individual ou coletivamente) um julgamento capaz de ser traduzido em ação. Este julgamento pode ser o resultado da aplicação de critérios e normas (avaliação normativa) ou, ser elaborado a partir de um procedimento científico (pesquisa avaliativa) (CONTANDRIOPOULOS, 2006, p. 706).

Essa avaliação é classificada por Guba & Lincoln (1989, apud ALMEIDA, 2006) como de quarta geração, sendo a primeira, aquela que é marcada pela mensuração, a segunda que se caracteriza pela descrição e a terceira que se refere ao julgamento. Para esses autores, a avaliação de quarta geração supre as deficiências das anteriores e permite uma abordagem que privilegia o processo sociopolítico, colaborativo, compartilhado e construtivista:

É nossa intenção definir uma abordagem de avaliação emergente mas madura que vai além de uma ciência – que apenas coleta fatos – para incluir a infinidade de elementos humano, políticos, sociais, culturais e contextuais que estão envolvidos. Chamamos essa nova abordagem A Quarta Geração de Avaliação por sinalizar a interpretação nossa de que essa forma transcende as gerações previamente existentes, caracterizadas como orientadas para a mensuração, descrição e julgamento, caminhando para um nível novo, cuja dinâmica é a negociação (GUBA & LINCOLN, 1989, p. 8 apud ALMEIDA, 2006, p. 9).

Partindo dessa ideia, numa pesquisa avaliativa que objetive avaliar os impactos ocorridos na educação brasileira a partir da implantação da 10.639/2003, utilizando o método da triangulação, os gestores públicos, representações dos movimentos sociais, professores e estudantes deverão ser ouvidos e seus julgamentos serão considerados com igual valor. A partir daí, o poder público poderá intervir, melhorando o desempenho das instâncias que não tiveram uma avaliação positiva.

Ainda sobre a estratégia metodológica da triangulação, Minayo et al. (2005) nos informa que a transformação dos objetivos da pesquisa avaliativa em requisitos capazes de realizar uma mensuração acerca de mudanças promovidas a partir da intervenção social é fator primordial e que, para alcançá-la, é necessária a construção de indicadores, buscando que esses “sejam capazes de dimensionar e compreender relações, movimentos, percepções, interpretações e eficiência, eficácia, efetividade e resultados das ações” (MINAYO et al., 2005, p. 105).

Sendo assim, optamos pela utilização de um quadro de referência com o intuito de direcionar a pesquisa avaliativa. A princípio, ficou estabelecido o quadro a seguir. Entretanto, esse modelo foi submetido ao crivo das pessoas envolvidas no grupo focal do Colégio Estadual Governador Lomanto Júnior. Desta forma, apresentaremos, mais adiante, o quadro

definitivo, gerado após a análise da comunidade escolar. Esse procedimento enquadra-se ao modelo de avaliação de Quarta Geração.

Figura 4: Quadro de Referência Versão Preliminar

| Fatores | Descrição |
|---|---|
| Aspectos a serem observados na análise dos material audiovisual | |
| Abordagem do conteúdo | Maneira como o conteúdo acerca da história e cultura africana e afro-brasileira é apresentada nas peças audiovisuais analisadas. |
| Contextualização | Relação com a realidade dos professores e estudante, ou seja, dos atores do processo ensino aprendizagem. |
| Criticidade | Apresentação de questões que promovam a reflexão e, posteriormente, posicionamento crítico dos estudantes e professores acerca dos temas abordados. |
| Interatividade | Presença de mecanismos que possibilitem a interação entre quem produziu o conteúdo audiovisual e aquele que o assiste. |
| Aspectos a serem observados no grupo focal | |
| Pertinência da Lei 10.639/2003 | Maneira como representantes da comunidade escolar percebem a pertinência de se ter uma lei que obriga o ensino da história e cultura da África e dos afrodescendentes. |
| Conhecimentos prévios | Nível de conhecimento acerca de temas que se relacionam com os exigidos na Lei 10.639/2003. |
| Relação com as TICs | Como as pessoas ouvidas percebem a relevância da utilização de recursos tecnológicos no processo ensino aprendizagem. |
| Arte, ludicidade e fantasia | Como os atores do processo ensino aprendizagem relacionam-se com possibilidades pedagógicas que valorizam a arte, a ludicidade e a fantasia. |
| Aplicação de recurso audiovisual produzido pela SEC no cumprimento da Lei 10.639/2003 | Pertinência da utilização de recursos audiovisuais educativos produzidos pela Secretaria da Educação do Estado da Bahia, a exemplo do <i>Almanaque Viramundo</i> , como material didático que possibilita o cumprimento da Lei 10.639/2003. |

É importante, ainda, recorrermos a Cohen e Franco (1993) para diferenciar três termos que foram citados diversas vezes, neste artigo: eficácia, eficiência e efetividade. Para esses

autores, eficácia refere-se à possibilidade das ações alcançarem seus objetivos, a partir do tempo pré-estabelecido e com a alocação dos recursos disponíveis. Já a eficiência diz respeito à maximização dos resultados ou dos produtos finais com a minimização dos custos. A efetividade corresponde aos resultados concretos ou o impacto social, exatamente, o que se pretende verificar quando for realizada a pesquisa avaliativa da implantação da Lei 10.639/2003.

É importante ressaltar que a TV Anísio Teixeira, produtora do conteúdo audiovisual a ser analisado, nesse estudo, também se enquadra como uma política pública. Desta forma, ao chegarmos ao final, teremos respostas para duas pesquisas avaliativas, uma no que diz respeito ao cumprimento da Lei 10.639/2003 nos recursos audiovisuais educativos produzidos pela Secretaria da Educação e outra que revelará o alcance desses recursos no processo-ensino aprendizagem.

Já que nosso foco, nessa pesquisa, são os recursos audiovisuais educativos, acreditamos ser pertinente uma discussão acerca das tecnologias educacionais, o que apresentaremos a seguir.

4.3 As Tecnologias Educacionais

Ainda refletindo sobre políticas públicas, é necessário perceber como o poder público, especificamente na área da educação, vem atuando para inserir as tecnologias nas salas de aulas. Vejamos, agora, como esse processo ocorreu e de que forma a TV Anísio Teixeira entra no cenário do audiovisual baiano, como produtora de conteúdo pedagógico.

É necessário que se perceba que o surgimento e avanço das novas tecnologias da informação e da comunicação, segundo Castells (2001), promoveram uma revolução atual, em dimensões semelhantes à provocada pelas fontes de energia na época das revoluções industriais. Para esse autor:

O que caracteriza a atual revolução tecnológica não é a centralidade de conhecimentos e informação, mas a aplicação desses conhecimentos e dessa informação para a geração de conhecimentos e de dispositivos de processamento/comunicação da informação, em um ciclo de realimentação cumulativo entre inovação e seu uso (CASTELLS, 2001, p. 69).

Lemos (1999), ao refletir sobre o conhecimento e o aprendizado, afirma que o conhecimento é a base fundamental, sendo o aprendizado interativo a forma mais eficaz para a geração de inovação e inserção competitiva. Uma vez que tudo começa pela educação, como a escola pode se inserir nesse novo panorama? Batista (2007) responde a essa questão, citando um dos instrumentos legais que rege a educação brasileira:

Os Parâmetros Curriculares Nacionais – 3º e 4º ciclos do Ensino Fundamental (1998) – trazem um apanhado especial sobre a utilização das tecnologias da comunicação em ambientes escolares, em especial a internet, pela sua recente utilização, além do seu grande potencial nesse novo nicho. A proposta apresenta preocupação central em enfatizar que a simples modernização tecnológica das escolas de nada servirá se o usuário, em especial o educador, não tiver garantido uma contínua formação para explorar o seu próprio potencial (BATISTA, 2007, p. 118).

Logo, para que a educação se insira neste paradigma, os professores necessitam, antes de tudo, de capacitações. Não adianta dar-lhes equipamentos sem ensinar como podem ser usados. A formação continuada “pressupõe constante reflexão e busca de aperfeiçoamento profissional, baseado na troca de experiências, na autocrítica e no diálogo imbricado entre a teoria e a prática (práxis)” (BATISTA, 2007, p. 120). É o que Lemos (1999) chama de capacitar para o aprendizado, sem desprezar o conhecimento tácito, aquele que está enraizado nas pessoas e nas organizações locais. Isso quer dizer que a comunidade escolar deve estar aberta às inovações, mas preservando suas peculiaridades. As características particulares de cada unidade escolar, as quais revelam aspectos sociais e culturais, também funcionam como o seu diferencial, atuando como fator competitivo.

Essa peculiaridade foi sinalizada por Andrade (2006) como uma nova maneira de se estudar a inovação:

A discussão sobre produção e circulação de conhecimento em ambientes de inovação social abre a perspectiva de análise baseada no capital social de um determinado contexto local, o que tem propiciado condições para condução de pesquisas envolvendo técnicas sociais e circulação de saberes (ANDRADE, 2006 p. 151).

A propósito do carácter social do processo de inovação, Lastres, Cassiolato e Arroio (2005) acreditam que as relações entre os atores sociais geram sentimentos de identidade, interação e cooperação, o que também pode ser entendido como capital social:

Na realidade, a cultura local é crucial em vários processos de mudança, por causa da natureza tácita e localizada do conhecimento e da necessidade de compartilhar a linguagem, a confiança e o sentimento de pertencer a uma comunidade. (LASTRES, CASSIOLATO E ARROIO, 2005, p. 32 – 33).

As tecnologias aliadas ao processo educativo podem trazer benefícios tanto para a educação, como para a compreensão da relevância do papel do cidadão em seu grupo social. Gomes afirma que a internet constitui-se num espaço fértil para os fóruns públicos de diversas naturezas, embora existam limitações (falta de computador, conexões lentas e exclusão digital, por exemplo) para a utilização desse recurso, “tecnologias tornam a participação na esfera política mais confortável e acessível, mas não a garantem” (GOMES, 2005, p. 221).

Sobre a televisão no ambiente escolar, destacamos a reflexão de Napolitano (2002). Para ele, a partir dos anos 50, o fenômeno da televisão como meio e linguagem passou a despertar interesse teórico e apresenta ideias de alguns estudiosos, principalmente Marshall McLuhan, em 1954. Napolitano (2002) afirma que os novos meios, inclusive a televisão, fazia parte da “cultura da oralidade”, substituindo a “cultura do livro”; mas McLuhan, segundo ele, não encarava essa sucessão, necessariamente, como uma decadência.

Napolitano (2002) apresenta a opinião de grandes autores, que foram contrários à inserção da televisão na nossa cultura. Assim, ele cita Humberto Eco que considerava três elementos na análise da TV: intenções do remetente, as estruturas comunicacionais e as reações de receptor; sinalizando que a percepção do mundo, via imagem televisual, tende à hipertrofia. Napolitano (2002) diz, também, que a tradição sociológica da Escola de Frankfurt, na década de 60, analisava os meios de comunicação e as mercadorias culturais como expressões de certa decadência cultural, os quais refletem as ideias capitalistas.

Esse autor relata que De Certeau percebe a análise da TV, levando em conta o receptor e considerando as funções do repertório de operações dos consumidores que formam as “redes

de produção”. Ele traz, ainda, Rène Berger o qual acredita que na TV o verdadeiro, o imaginário e o real coincidem num único ponto do presente, favorecendo a experiência do tempo; Dieter Prokop que analisa a posição do espectador diante do aparelho como uma tensão constante entre fascinação e tédio, onde seus desejos e fantasias são reprimidos, privilegiando a ideologia dominante de uma sociedade; Casetti e Odin que dividiram a televisão paleo e neo-televisão. A paleo-televisão consideraria a comunicação que tem como base um projeto de educação cultural e popular, já a neo-televisão estaria fundamentada numa grade de programação que privilegiasse o processo de interatividade. O sociólogo mexicano Jesús Martín-Barbero preocupou-se com o receptor, entendendo-o como um sujeito portador de códigos e valores culturais, entendendo que as massas populares e suas demandas sociais determinam a forma de recepção, realizando uma mediação: “as formas pelas quais os vários segmentos de público captam e decodificam a mensagem de uma novela, por exemplo, variam no tempo e no espaço, estabelecendo uma ‘negociação de sentido’ com o polo emissor da mensagem” (NAPOLITANO, 2002, p. 39).

E, ainda, destaca algumas categorias que devem ser observadas pelo professor, pois servem como guia para aprofundar os problemas levantados nas correntes teóricas que estudam o fenômeno da TV: transmissão versus obra, imediatez versus experiência, coação versus participação, simulacro versus representação (NAPOLITANO, 2002, p. 41).

Garcia e Menegassi (s.d) também refletem sobre o uso da televisão em sala de aula e apresentam a opinião de Cashmore (1998):

A televisão é fascinante. Mas não pelas razões que seus admiradores ou seus críticos afirmam. Alguns a veem como um instrumento de crescimento educacional e como um estímulo à imaginação; outros, como um incentivo a diversos comportamentos doentios, desde a passividade soporífica até a violência enlouquecida. Não estou em nenhum desses campos. A televisão fascina porque corporifica a cultura que representa. Nesse sentido genuíno, a televisão é a cultura hoje: caprichosa, sem moderação e absorvida por uma devoção quase religiosa ao consumo (CASHMORE, 1998. p. 11 apud GARCIA E MENEGASSI, s.d. p. 5).

TV Escola, TV Paulo Freire e TV Anísio Teixeira (tema dessa pesquisa) são exemplos de veículos de comunicação que apresentam, em sua missão, a concepção de produtos audiovisuais educativos e direcionados à comunidade escolar, inclusive, objetivando

proporcionar material que viabilize a formação de professores. Essas iniciativas modificam a concepção da televisão, não privilegiam apenas seu caráter mercadológico.

Partindo do pressuposto de que muitos dos quadros do programa *Almanaque Viramundo* enquadram-se numa linguagem mais documental e cinematográfica, acreditamos na pertinência de discorrermos acerca da relação entre cinema e educação, o que Fresquet (2013) denomina de “pontes e caminhos entre a realidade e a imaginação” (FRESQUET, 2013 p. 29). Para essa autora, “o real e o ficcional, a realidade e a fantasia são extremos de um caminho pelo qual cinema e educação transitam e, eventualmente, se encontram” (idem, p. 30). Ela recorre aos estudos do russo Lev Vygotsky (1896 - 1934) a fim de dialogar com esse trânsito entre o real e a fantasia. A partir dessa relação, a escola pode possibilitar aos seus educandos uma melhor compreensão do seu mundo, ao vislumbrar, através de recursos imagéticos, contextos completamente distintos daqueles nos quais eles vivem. Para aprofundarmos mais acerca dessas possibilidades, conheçamos um pouco das ideias desse teórico.

4.3.1 A teoria da aprendizagem de Vygotsky na relação da imaginação e realidade

O bielo-russo Lev Semenovitch Vygotsky viveu na Rússia e seus estudos contribuíram para a compreensão acerca dos mecanismos cerebrais subjacentes ao funcionamento psicológico, o desenvolvimento do indivíduo e da espécie humana, no decorrer de um processo sócio-histórico.

A abordagem de Vygotsky evidencia-se através de três ideias centrais, segundo Oliveira (1992), as quais se constituem nos pilares básicos de sua teoria, que são:

- As funções psicológicas têm um suporte biológico uma vez que são produtos da atividade cerebral;
- O funcionamento psicológico fundamenta-se nas relações sociais entre o indivíduo e o mundo exterior, que se desenvolvem num processo histórico;
- A relação homem/mundo é uma relação mediada por sistemas simbólicos.

A primeira ideia não entende que o cérebro seja um sistema de funções fixas e imutáveis, mas como um sistema aberto de grande plasticidade, cuja estrutura e modos de

funcionamento são moldados no decorrer da história da espécie e do desenvolvimento individual. A segunda abordagem apresenta um homem que se transmuta⁷ de um ser biológico em um ser sócio-histórico num processo no qual a cultura torna-se essencial na constituição da natureza humana. Assim, as funções psicológicas superiores, peculiares ao ser humano, fundamentam-se no modo de ordenação do real conforme a cultura.

O conceito de mediação está definido na terceira concepção que sintetizou, de forma didática, o pensamento de Vygotsky. Para o bielo-russo, a relação do homem com o mundo não é direta e sim mediada, sendo os sistemas simbólicos os elementos intermediários dessa relação, determinando dois tipos de elementos mediadores: os instrumentos e os signos. Os instrumentos seriam aqueles que possibilitariam ao homem a realização de trabalhos, transformando a natureza e, desta forma, criando cultura e história.

Já os símbolos, também chamados por Vygotsky (1991) de “instrumentos psicológicos”, agem como um instrumento da atividade psicológica, isto é, são ferramentas que auxiliam nos processos psicológicos, como escrever um lembrete e colar na geladeira, trocar um anel de dedo para lembrar algo, por exemplo. A partir do seu desenvolvimento, o homem utiliza menos os signos externos e passa a usar mais os internos, ou representações mentais que substituem os objetos do mundo real, o que Vygotsky considera como os principais mediadores na relação homem e mundo, a linguagem seria um bom exemplo disso, configurando-se como um sistema simbólico básico de grupos humanos.

No que tange à aprendizagem, os estudos de Vygotsky apontam para a relevância do outro social no desenvolvimento do sujeito, distinguindo níveis de desenvolvimento para explicar os estágios da aprendizagem. O nível de desenvolvimento real diz respeito à capacidade do indivíduo realizar tarefas de forma independente, ou seja, algo que já foi aprendido ou processos já consolidados. Já o nível de desenvolvimento potencial é caracterizado pela capacidade do indivíduo desempenhar tarefas com o auxílio de outra pessoa. O auxílio desse outro favorecerá o desenvolvimento do aprendiz, fazendo que o mesmo alcance o nível do desenvolvimento real.

A distância entre o nível do desenvolvimento potencial para o nível do desenvolvimento real é denominada por Vygotsky como zona do desenvolvimento proximal, hoje traduzida do russo como zona de desenvolvimento imediato: “[...] o processo de

⁷ Transmutar está aí no sentido de processo de transformação.

desenvolvimento segue o da aprendizagem, que cria a área de desenvolvimento imediato” (VYGOTSKY, 1991, p. 17). A mediação ocorre, exatamente, nessa zona, como afirma Fresquet (2013):

O processo de mediação se situa “entre”, na zona de desenvolvimento imediato, onde a aprendizagem é promovida com a participação ativa e temporal de um professor ou um colega, que identifica o limite de aprendizagem do aprendente⁸ e inventa pistas e modos de ele conquistar novamente sua autonomia, dispensando todo auxílio (FRESQUET, 2013, p. 30 – 31).

Essa autora argentina explica que a educação e o cinema relacionam-se por meio do elo entre imaginação e realidade. Ela se apoia nos escritos de Vygotsky para demonstrar como essa relação se dá, a partir de quatro maneiras. São elas:

- 1- As possibilidades de elucubração estão vinculadas às experiências vividas e acumuladas;
- 2- A partir de experiências anteriores, são criadas novas combinações, contando com a experiência do outro;
- 3- O enlace emocional que ocorre pela “lei da dupla expressão dos sentimentos” (VYGOTSKY, 2000, p. 21 apud FRESQUET, 2013, p. 35), onde os sentimentos influem na imaginação e essa nos sentimentos;
- 4- A criação de algo inteiramente novo através da fantasia.

Baseada nessas quatro formas de relacionar a imaginação com a realidade, Fresquet (2013) quer provar que são elas “quatro grandes pontes onde é possível transitar aproximando questões comuns ao cinema e à educação” (FRESQUET, 2013, p. 38). O papel do professor como mediador seria aquele outro que agiria na zona do desenvolvimento imediato, promovendo um novo conhecimento.

⁸ Adriana Fresquet utiliza, em seu livro Cinema e Educação – Reflexões e experiências com professores e estudantes de educação básica, dentro e “fora” da escola, as expressões “ensinantes” e “aprendentes” baseada na proposta da psicopedagoga e psicanalista argentina Alicia Fernandez, as quais evidenciam a condição dinâmica, permanente e interativa do ato de ensinar e de aprender.

A partir dessas concepções, podemos transcender e acreditar que os quadros do *Almanaque Viramundo*, que possuem estéticas próprias do cinema, através da linguagem documental, como o *Bahia Assim*, *Artefatos*, *Anônimos e Superação*, podem ser utilizados, em sala de aula, pelos professores, enfocando essa relação entre fantasia e realidade, ou seja, a aprendizagem por meio da arte, privilegiando a ludicidade⁹.

Partamos, agora, para os procedimentos metodológicos adotados para essa pesquisa.

⁹ Ludicidade é um termo que representa atividades pedagógicas onde se dá uma importância maior ao processo da ação, o momento no qual ela ocorre, possibilitando aos envolvidos encontros com si próprio e com o outro, situações de fantasias e de realidade, de resignificação e percepção, autoconhecimento e conhecimento do outro, de expressividade. Pode utilizar jogos, brincadeiras ou qualquer atividade que traga prazer e momentos de entrega entre os participantes.

5 METODOLOGIA

Este capítulo é destinado à abordagem metodológica assumida nessa pesquisa que se enquadra como qualitativa. Melucci (2005) salienta que, ao se optar por uma pesquisa qualitativa, é importante reconhecer que ela irá debruçar-se em práticas sociais que se configuram também como práticas de pesquisa que apresentam, crescentemente, “informações relativas aos modos nos quais a ação social se define, se constrói. Num processo circular, através destas informações nós mesmos definimos e construímos a nossa ação” (MELUCCI, 2005, p. 27). E essa ação foi realizada por meio de:

- Pesquisa bibliográfica e documental;
- Análise do discurso, com base em fundamentos linguísticos teorizados por Mikhail Bakhtin e Michel Foucault, de seis quadros das doze edições do programa *Almanaque Viramundo*, da TV Anísio Teixeira;
- Grupo focal com a comunidade escolar do Colégio Estadual Governador Lomanto Júnior.

A definição de uma pesquisa bibliográfica e documental segue a afirmação de Gil (2002), que declara ser a bibliográfica aquela que se faz “quase exclusivamente, com material disponível em bibliotecas”. Já a documental é aquela que “pode exigir a consulta aos mais diversos tipos de arquivos públicos e particulares”, sendo o material analisado, na bibliográfica, livros, revistas, impressos em papel ou disponíveis em meio eletrônico; já na documental, analisam-se “os mais diversos formatos, tais como fichas, mapas, formulários, cadernetas, documentos pessoais, cartas, bilhetes, fotografias, fitas de vídeo e discos” (GIL, 2002, p 88).

Fez-se necessário entender alguns conceitos teóricos defendidos pela Análise do Discurso. Inicialmente, é importante definir o termo discurso, que aqui tem valor de efeito de sentido estabelecido no processo de interlocução:

O discurso não é fechado em si mesmo e nem é do domínio exclusivo do locutor: aquilo que se diz significa em relação ao que não se diz, ao lugar social do qual se diz, para quem se diz, em relação a outros discursos (ORLANDI, 1984 apud BRANDÃO, 2000, p. 89).

A partir da concepção de que a linguagem não se trata apenas de fato linguístico, mas também de sua relação com a esfera social, Bakhtin (1988) afirma que “o centro de gravidade da língua não reside na conformidade à norma da forma utilizada, mas na nova significação que essa forma adquire no contexto” (BAKHTIN, 1988 p. 92). Logo, a linguagem, nessa perspectiva, assume um caráter que revela uma interação verbal, onde ela está inserida na existência histórica e social do homem.

Partindo desse pressuposto, Freitas (1995) explica que o enunciado, como unidade da comunicação discursiva, compreende dois aspectos: “o lingüístico que é reiterativo e se refere a um objeto pré-existente e o contextual que é único, tendo como referência, novos enunciados” (FREITAS, 1995, p. 135). Para essa autora, as palavras e as sentenças só terão significado quando estiverem dentro de um enunciado completo e assim poderão expressar a intenção do enunciado. Sobre isso, Bakhtin (1985) declara:

O significado neutro (de dicionário) das palavras da língua assegura seu caráter e a intercompreensão de todos os que a falam, porém, o uso das palavras na comunicação discursiva sempre depende de um contexto particular. Por isso se pode dizer que qualquer palavra existe para o falante em seus três aspectos: como palavra neutra da língua, que não pertence a nada; como palavra alheia, cheia de ecos, dos enunciados de outros, que pertence a outras pessoas; e finalmente, como minha palavra, porque, posto que eu a uso em uma situação determinada e com uma intenção discursiva determinada, a palavra está compenetrada de minha expressividade. Nos últimos aspectos a palavra possui expressividade, porém esta, não pertence à palavra mesma: nasce em um ponto de contato da palavra com a situação real, que se realiza em um enunciado individual (BAKHTIN, 1985, p. 278).

Desta forma, Brandão (2000) entende que o discurso configura-se como o ponto de articulação entre os processos ideológicos e dos fenômenos linguísticos, logo não podendo se perceber a linguagem desvinculada de suas condições de produção, “enquanto discurso é interação, e um modo de produção social; ela não é neutra, inocente (na medida em que está engajada numa intencionalidade) e nem natural, por isso o lugar privilegiado de manifestação da ideologia” (BRANDÃO, 2000, p. 12).

O discurso, então, serve de instrumento para materializar a ideologia. De acordo com Brandão (2000), “é uma materialidade específica articulada sobre a materialidade econômica que deve caracterizar a ideologia” (idem, p. 37). A formação ideológica se apresenta no texto

por meio de representações que indicam as relações de classes em conflito, aos moldes dos pressupostos do marxismo.

Essas representações manifestam-se através da formação discursiva, definindo o que se deve e o que se pode dizer. Segundo Bakhtin (1980, apud FREITAS, 1995), a estratificação da linguagem pode ser assim definida:

Como resultado do trabalho de todas estas forças estratificadoras, a língua não conserva mais formas e palavras neutras “que não pertencem a ninguém”; ela torna-se como que esparsa, penetrada de intenções, totalmente acentuada. Para a consciência que vive nela, a língua não é um sistema abstrato de formas normativas, porém uma opinião plurilíngue concreta sobre o mundo. Todas as palavras evocam uma profissão, um gênero, uma tendência, um partido, uma obra determinada, uma pessoa definida, uma geração, uma idade, um dia, uma hora. Cada palavra evoca um contexto ou contextos, nos quais ela viveu sua vida socialmente tensa; todas as palavras e formas são povoadas de intenções (BAKHTIN, 1980, p. 9, apud FREITAS, 1995, p. 137).

Dentro de cada contexto, o discurso poderá ser entendido de formas variadas. Nesse momento, surge uma característica do discurso – a polissemia. O texto possui muitas possibilidades de interpretações que irão depender da posição sócio-histórica e cultural de quem o lê. Certeau (2002) define a função do leitor dessa forma:

Ele não toma nem o lugar do autor nem um lugar de autor. Inventa nos textos outra coisa que não aquilo que era a intenção deles. Destaca-os de sua origem (perdida ou acessória). Combina os seus fragmentos e cria algo não-sabido no espaço organizado por sua capacidade de permitir uma pluralidade indefinida de significações (CERTEAU, 2002, p. 264-265).

Por isso, percebeu-se a relevância de se realizar um grupo focal com os diversos segmentos da comunidade escolar, pois cada um, dentro de seu contexto sócio-histórico e cultural, interpretou a mensagem veiculada pelos quadros do programa *Almanaque Viramundo* de maneira particular. Além do caráter social, o discurso apresenta-se como heterogêneo, uma vez que traz em si vários outros discursos explícita e implicitamente. Essa característica polifônica do discurso demonstra que o enunciado dialoga com outros discursos, outras vozes proferidas anteriormente. Pinto (2002) confirma essa afirmação, dizendo que o texto é híbrido “no sentido de que ele é sempre um tecido de ‘vozes’ ou citações, cuja autoria

fica marcada ou não, vindas de outros textos preexistentes, contemporâneos ou do passado” (PINTO, 2002, p. 31).

Bakhtin (1980, apud FREITAS, 1995) revelou o dialogismo como característica básica de seu pensamento. Segundo esse teórico, através de uma cosmovisão dialógica, busca-se uma síntese dialética de todas as vozes presentes num discurso. Maingueneau (2002) explica o dialogismo como um princípio que sugere uma interação verbal, com, no mínimo, dois falantes, mesmo quando se pratica um monólogo, sempre haverá um “Eu” e um “Outro”. Na visão polifônica do discurso, uma rede interdiscursiva é construída, negando a ideia de que possa existir um discurso único ou exclusivo.

Foucault (1969, apud BRANDÃO, 2000) entende o discurso como uma dispersão, uma vez que possui elementos que não estão ligados a nenhum princípio de unidade, utilizando-se de regras de formação as quais objetivam determinar dados que irão compor uma formação discursiva. Essa formação apresenta-se como sistemas de relações entre objetos, tipos enunciativos, conceitos e estratégias. Para esse autor, a formação discursiva possibilitará a passagem da dispersão para a regularidade. Esta última poderá ser atingida por meio da análise dos enunciados presentes na formação discursiva.

Assim, a formação discursiva de qualquer produto audiovisual ou não segue esses preceitos determinados por Bakhtin e Foucault, apresentando como elementos constitutivos o dialogismo, a polifonia, a heterogeneidade, a interdiscursividade e a polissemia.

Foram, exatamente, esses elementos identificados nos quadros analisados, nessa pesquisa. Uma boa forma de analisar os enunciados que constituem a formação discursiva é verificando a heterogeneidade do texto, através de recursos explícitos que se manifestam na heterogeneidade mostrada ou por meio de vestígios implícitos de outros textos preexistentes, que geralmente são acionados no discurso independentemente da vontade do enunciador, uma vez que são marcas reveladoras de sua formação sócio-histórico-cultural. Bakhtin caracterizou essa heterogeneidade como constitutiva ou interdiscursividade.

A relação do que está enunciado com o que se traz como referência reforça a questão da polifonia do discurso: “Para nós, não há discursos constitutivamente monológicos, mas discursos que se ‘fingem’ monológicos na medida em que reconhecemos que toda palavra é dialógica” (BRANDÃO, 2000, p. 67). Nesse sentido, chegou-se a outra conclusão com diferente critério: qualquer discurso, seja jornalístico, educativo ou literário, possui as mesmas características, ou seja, são intencionais, polifônicos e heterogêneos. E esses critérios foram analisados nos seguintes quadros do *Almanaque Viramundo*:

- Edição 3:

Bahia Assim – Liberdade;

- Edição 5:

Entrevista – João José Reis;

- Edição 6:

Entrevista – Luislinda Valois;

Artefatos – Escultura “Grande Pássaro Mãe”, de Mestre Didi.

- Edição 9:

Entrevista – Goli Guerreiro;

- Edição 10:

Artefatos – Documentário: Pierre Verger, mensageiros entre dois mundos, de Lula Buarque de Holanda.

Acerca da relevância da análise do discurso com bases linguísticas, numa investigação qualitativa, Gergen e Gergen (2006) afirmam que o domínio qualitativo, a partir da década de 1990, deve-se muito à compreensão da linguagem como instrumento que se relaciona com mundo no qual ela pretende descrever:

A inteligibilidade dos nossos relatos sobre o mundo provém não do mundo em si mesmo, mas de nossa imersão dentro de uma tradição de práticas culturais que herdamos de gerações anteriores. Só chegamos à compreensão quando nossos relatos aproximam-se de tais convenções (GERGEN & GERGEN, 2006, p. 368).

Daí a importância de, no momento da análise, estabelecer relações entre o interlocutor, que produz a mensagem, com o contexto sócio-histórico e cultural dele, assim como do momento no qual o discurso foi produzido.

No grupo focal, realizou-se uma análise a partir das práticas discursivas, conforme sinalizam Spink e Frezza (1999). Para elas, essas práticas, quando seguem uma abordagem construcionistas, privilegiam “ações, seleções, escolhas, linguagens, contextos, enfim, uma variedade de produções sociais das quais são expressão” (SPINK & FREZZA, 1999, p. 38).

O grupo focal seguiu as orientações cedidas por Gatti (2005), contando com sete representantes da comunidade escolar: estudante, professores, coordenador pedagógico, servidor do Colégio Estadual Governador Lomanto Júnior, escolhidos dentro de um grupo de voluntários. Essa amostra obedeceu a certos critérios, a saber: os voluntários deviam ter sido expostos aos quadros analisados, nessa pesquisa; o estudante devia cursar o Ensino Médio; enquanto que os professores participantes deveriam lecionar disciplinas chave (História, Literatura ou Arte), também foi importante considerar a diversidade étnica e de gênero.

6. CRONOGRAMA

Essa pesquisa aconteceu de acordo com o seguinte cronograma de atividades:

Figura 5 - Quadro com Cronograma da Pesquisa

| | Revisão Bibliográfica | Finalização do projeto para qualificação | Análise do conteúdo dos programas | Pesquisa de campo – Col. Lomanto Júnior | Análise dos dados levantados | Escrita final da dissertação |
|----------------------|-----------------------|--|-----------------------------------|---|------------------------------|------------------------------|
| Maio a novembro 2013 | X | | | | | |
| Dezembro 2013 | X | | | | | |
| Janeiro 2014 | X | | | | | |
| Fevereiro 2014 | X | X | X | | | |
| Março 2014 | X | X | X | | | |
| Abril 2014 | X | | X | | | |
| Mai 2014 | X | | X | | | |
| Junho 2014 | X | | X | | | |
| Julho 2014 | X | | | X | | |
| Agosto 2014 | | | | X | X | |
| Setembro 2014 | | | | | X | X |
| Outubro 2014 | | | | | | X |
| Novembro 2014 | | | | | | X |

7. ANÁLISE DOS QUADROS DO ALMANAQUE VIRAMUNDO

Conforme enunciado no capítulo dedicado à Metodologia desse trabalho, realizaremos, a seguir, a análise do discurso de seis quadros da série *Almanaque Viramundo*, da TV Anísio Teixeira. Assim, iniciaremos com a contextualização histórica, política e social, no período em que essas peças audiovisuais foram produzidas.

7.1 Contextualização Sócio-Histórica e Política

A série *Almanaque Viramundo* foi concebida e produzida entre os anos de 2010 e 2011. Nesse período, o estado da Bahia passava por transformações no cenário político, uma vez que, nas eleições de 2006, encerrava-se um ciclo de hegemonia política do grupo liderado por Antônio Carlos Magalhães (1927 – 2007)¹⁰, considerado por muitos a representatividade do autoritarismo, elitismo e clientelismo. Pereira (2007), ao analisar duas gestões governamentais de ACM, 1971 – 1975 e 1991 – 1995, afirma:

Entretanto, este trabalho, busca a interpretação da realidade brasileira feita por autores como Nunes (1997), Vianna (1997), Santos (1998), Cardoso (1973), Souza (2000) e Domingues (2002), que reconhecem que a dinâmica de mudanças ocorridas no Brasil com a modernização conservadora se sobressai sobre a conservação. Tal opção reflete-se na escolha de algumas categorias teóricas, tais como, autoritarismo instrumental de Santos (1998), gramáticas políticas como insulamento burocrático e clientelismo de Nunes (1997), para nortear a análise, sobretudo, na caracterização das estratégias políticas de ACM nos dois governos em estudo (PEREIRA, 2007, p.34).

Ao longo de várias décadas, sua liderança, um tanto quanto, truculenta rendeu-lhe o apelido de “Toinho Malvadeza”. Com a derrota do seu candidato a governo do Estado, Paulo Souto, aclamou-se Jaques Wagner, do Partido dos Trabalhadores, com uma vitória histórica

¹⁰ Antônio Carlos Magalhães, ou ACM como também era conhecido, formou-se na Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia, foi empresário e político baiano. Elegeu-se Deputado Estadual, por três vezes Deputado Federal, foi Prefeito de Salvador e três vezes Governador da Bahia, sendo duas por indicação do governo militar. Também foi Ministro das Comunicações, no governo de José Sarney, e duas vezes Senador da República tendo renunciado a um dos mandatos. “Carlismo” é o termo que determina a força política exercida pelo grupo que ACM liderava na Bahia.

no primeiro turno. A partir daí, a Bahia passou a viver, quatro anos depois, a mesma euforia ocorrida no Brasil com a posse de Luiz Inácio Lula da Silva, na presidência da República, em 2003. Acreditava-se que havia no poder verdadeiros representantes do povo.

A Rede AT e TV AT surgem no segundo ano do mandato de Jaques Wagner, como projetos promovidos pelo Instituto Anísio Teixeira - IAT, na gestão do comunicólogo e professor Penildon Silva Filho, o secretário da pasta da Educação o professor da Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC, Adeum Sauer. Nessa fase, o IAT primava pelo processo de capacitação inicial e continuada dos professores da rede pública estadual de ensino.

Em março de 2009, Adeum Sauer foi substituído pelo professor da Faculdade de Administração da UFBA, Osvaldo Barreto. Na sua gestão, que dura até os dias atuais, foi implantado o Programa Todos pela Escola, cujo objetivo é garantir o direito de todos à educação. Entre as ações e projetos desenvolvidos por Barreto, podemos citar o Pacto com os Municípios pela Alfabetização, o Ensino Médio com Intermediação Tecnológica - EMITec e o Todos pela Alfabetização - Topa.

Nesse panorama, as edições do programa *Almanaque Viramundo* foram produzidas, entendendo as prioridades do governo da Bahia, no que diz respeito à educação, que transitava pela formação de professores, garantia da educação a todos e erradicação do analfabetismo no estado.

7.2 Quem Produz e Para Quem Se Produz o Discurso – Os Interlocutores

Em todas as edições do *Almanaque Viramundo*, os educadores, selecionados para compor a equipe pedagógica da TV AT, eram os responsáveis pela concepção dos quadros, incluindo a seleção dos temas tratados, escolha do formato (minidoc, computação gráfica, pílula), definição de fontes (pessoas que iriam ser entrevistadas), direcionamento das abordagens.

A equipe pedagógica era multidisciplinar e contava com 19 professores da rede estadual de ensino, que possuíam as seguintes formações:

- 6 professores de Língua Portuguesa (sendo um também jornalista);

- 4 professores de Arte (sendo um especializado em design gráfico, um em teatro, um em música e um jornalista);
- 2 pedagogas;
- 1 professor de Geografia;
- 1 professor de História;
- 1 professor de Filosofia;
- 1 professor de Educação Física;
- 1 professor de Biologia
- 2 professores de Língua Estrangeira (Inglês);

Esses educadores se organizavam, em equipes, e coordenavam os diversos quadros do *Almanaque Viramundo*. Ainda que o discurso, apresentado nas peças audiovisuais que compõem essa série, tenha sido produzido pelos professores, os mesmos estavam numa condição de submissão a uma ideologia política que vigorava naquele momento, já que o produto final teria a marca oficial do governo do estado da Bahia.

Assim, o discurso presente nos quadros do *Almanaque Viramundo* é resultado da formação acadêmica e de vida dos educadores responsáveis, pela ideologia política do grupo que geria o Estado e daqueles que foram convidados a expor suas ideias acerca dos temas discutidos. Esses argumentos já comprovam o caráter dialógico e polifônico desses discursos. Como se trata de audiovisual, a polifonia, ainda, pode ser percebida em algumas escolhas técnicas, como enquadramento, posicionamentos e movimentos de câmera. Todos esses detalhes também comunicam e são utilizados de maneira proposital, sendo uma opção do diretor de cena.

Além de definir quem produz o discurso, faz-se, extremamente, necessário verificar para quem ele foi produzido. No caso dos programas da TV AT, o público alvo, ou seja, a quem se destina é a comunidade das escolas públicas da Bahia. Entendemos como comunidade escolar os estudantes, professores, dirigentes, coordenadores, servidores e pais dos estudantes, isto é, todos os envolvidos, de forma direta, com a educação pública baiana - os protagonistas do processo ensino-aprendizagem.

7.3 ANALISANDO QUADROS DO ALMANAQUE VIRAMUNDO

7.3.1 Bahia Assim – Liberdade

Este quadro, da edição 3 do *Almanaque Viramundo*, apresentou o bairro da Liberdade, em Salvador, como um local onde a cultura afro-brasileira está presente nas ruas, nas roupas das pessoas, nos cabelos, nas atividades culturais. Fatos históricos foram contados por meio de *off's* e *letterings*¹¹, assim como dados geográficos como latitude, longitude e localização. O apresentador, Marcelo Praddo, juntamente com o Senhor Eurípedes, mostrou peculiaridades, como o antigo Cine São Jorge, o Plano Inclinado e a Feira do Japão. A arte-educadora Disalda Leite falou da maneira como a juventude daquele bairro se diverte, utilizando espaços próprios, ainda que sejam criados por eles mesmos, sem a ação de políticas públicas. Já MC Snoop, produtor cultural, afirmou que a música tem uma importância grande na Liberdade, sendo utilizada como um instrumento de resistência. Anderson Gomes, técnico da Conder, trouxe dados populacionais do bairro e mostrou o quanto a Rua Lima e Silva, via principal, tem um papel fundamental no comércio e na prestação de serviços, tanto para a Liberdade, como para a adjacência. Também foi mostrado o Instituto Sócio Cultural e Carnavalesco Ibasoré Iyá ou Blocão da Liberdade, entidade que tem como objetivo difundir a cultura afro-baiana, além de manter um trabalho social, levando educação, arte e cultura para crianças e jovens da comunidade, através de cursos de música, dança e profissionalizantes. O presidente da instituição, Paulo Cambuí, sinalizou que ações realizadas por pessoas que também fazem parte da comunidade são mais produtivas porque todos falam a mesma “língua”.

A presença dessas diversas vozes revelou o caráter polifônico do discurso, definindo a heterogeneidade mostrada, como podemos identificar nestas falas:

- Relação dos jovens com o bairro da Liberdade

Disalda Leite (arte-educadora):

“Os jovens da Liberdade têm a cara da Liberdade. Venho tentando descobrir, eu estou mapeando espaços de lazer e de ludicidade para esses jovens. Na minha pesquisa, até então, não conseguimos descobrir porque

¹¹ Voz off é quando o locutor ou narrador desenvolve o texto em áudio enquanto são mostradas imagens que, em geral, complementam o sentido da fala. Lettering são textos escritos inseridos na tela.

eles não saem do bairro. Eles ficam no bairro. E este propicia a eles espaços, mesmo que não sejam através de política públicas, espaços instituídos por eles criam”.

- A resistência através da música

MC Snoop (produtor cultural):

A música aqui no bairro da Liberdade tá como se fosse assim um baú. Quando você abre o baú sai um monte de diamante, um monte de pedras preciosas, né? Não tem ainda a possibilidade de ser visto como deveria ser. Se a gente não der uma de doido aqui, não juntar todo mundo da comunidade e a gente fazer um sonzinho aqui que você gostou e apreciou, a gente não faz nada. Eu tou dando força e energia à música, mas até quando essa força minha vai estar resistindo? Porque quando você não consegue sobreviver daquilo que você gosta, você vira um prisioneiro, né? Você continua sendo escravo, você vai viver uma vida amargurada. Quem é que não quer ser feliz?

- Dados populacionais e comerciais da Liberdade

Anderson Gomes (representante da CONDER):

Baseado no Censo 2000 e, através de um projeto que foi desenvolvido entre a CONDER, a UFBA e a Prefeitura, né. Projeto pra delimitar os bairros de Salvador. O bairro da Liberdade, no ano de 2000, tinha, em média, 43 mil pessoas. Avaliando a taxa de crescimento da cidade de Salvador, que estava, em média, 1.8% ao ano, hoje, em 2010, o bairro da Liberdade teria, cerca de, 52 mil habitantes. A Estrada da Liberdade, a Lima e Silva, tem esse problemas porque é uma área comercial, ela polariza toda aquela região dali: Pero Vaz, São Caetano, Lapinha... ela serve como atrativo de serviços: bancos, lojas e o próprio comércio informal.

- Trabalho comunitário na área sociocultural

Paulo Cambuí (presidente do Bloco da Liberdade):

Das necessidades que a gente descobre da comunidade. Vê as possibilidades de como a gente pode contribuir para isso. Com todas as suas possibilidades da arte, da dança, da música e trazer esses meninos pra cá pra dentro da

sede e fazer o nosso trabalho, fazer a nossa parte, a gente tá fazendo a nossa parte. Eu moro no bairro da Liberdade, tem um comércio no bairro da Liberdade. Então, eu tenho que proporcionar um curso de vitrinista, de vendedor, entendeu? Pra que ele tenha um resultado, que ele ganhe e que ele possa, a partir do ganho dele, se bancar no estudo, numa melhoria de vida. Entendeu? Tem que começar a pensar alta, a partir da comunidade. A gente fala dialetos diferentes. As comunidades falam diferentes. Tem que haver uma relação muito próxima entre esses pensadores ou executores e essa comunidade.

Diante do exposto, acreditamos que exista um enfoque, nesse quadro, que se aproxima dos critérios sugeridos pela Lei 10.639/2003, uma vez que a cultura afrodescendente é prestigiada e mostrada por seus próprios protagonistas. A identidade afro-brasileira está na autoestima do morador da Liberdade. As pessoas têm orgulho do lugar que vivem por entender que ali estão suas raízes e isso é mostrado no *Bahia Assim – Liberdade*, através da polifonia. Diversas vozes reiteraram que a música, a arte, o lazer e o trabalho são formas de resistência, já que eles conseguem realizar tudo isso, no lugar onde moram, local onde eles, afrodescendentes, são acolhidos e valorizados. As imagens também reforçaram essa ideia, os planos detalhes, mostrando de perto pessoas tocando instrumentos, planos fechados, revelando sorrisos, o *contra-plongée*, enquadramento feito com a câmera de baixo para cima, tem como intenção dar um quê de superioridade a quem está sendo filmado.

Assim, sendo o discurso sempre algo intencional. percebemos que os interlocutores que produziram essa peça, logo os professores da TV AT, utilizando-se do dialogismo, da polifonia e da heterogeneidade, mostrada através dos depoimentos, apresentaram enunciados, nessa peça audiovisual, que demonstraram uma preocupação em afirmar e reafirmar a cultura afro-brasileira, enfatizando as formas atuais de resistência contra o racismo e ao preconceito.

Entretanto, um detalhe pode, talvez, causar estranheza. Sendo o programa feito por baianos com a intenção de aproximar-se de seu público alvo, a presença de um apresentador branco poderia inviabilizar essa proximidade. O discurso de quem domina a informação, logo do apresentador, é de alguém que não está inserido naquela realidade, logo ele fala do outro, numa posição de superioridade. Esse fato reforçaria estereótipos racistas. Porém, tendo o discurso um caráter polissêmico, para alguns, a presença de um apresentador branco poderia valorizar a diversidade étnica da população brasileira, não atribuindo relação de superioridade a nenhum grupo.

Figura 6 - Plano Inclinado da Liberdade



Fonte: Almanaque Viramundo; Bahia Assim – Liberdade

7.3.2 Entrevista – João José Reis

O quadro Entrevista, da edição 5, do *Almanaque Viramundo*, apresentou uma reflexão acerca da história da escravidão no Brasil a partir da fala do professor de História da Universidade Federal da Bahia – UFBA, João José Reis. Inicialmente, ainda no estúdio, o apresentador Marcelo Prado fez uma síntese do currículo desse acadêmico: mestre e doutor em História, pesquisador nas áreas de história do Brasil e história social e cultural da escravidão, resistência escrava e movimentos sociais no Brasil do século XIX. A entrevista ocorreu em *off*, isto é, o entrevistador não aparece, nem o áudio com suas perguntas. O direcionamento foi realizado a partir de cartelas as quais expuseram os questionamentos. O entrevistado apareceu em plano peito, ou seja, um enquadramento fechado, do seu peito para cima, o que possibilitou enfatizar o seu discurso, uma vez que não mostrou muito o ambiente, detalhe que poderia dispersar a atenção do espectador. Durante a entrevista, há *inserts* de imagens de arquivo da TVE – Bahia e de antigos documentos, evidenciando o modo de vida dos escravos, nas senzalas e nas ruas, assim como instrumentos de torturas utilizados pelo senhoril como forma de castigar os negros escravizados.

As cartelas se apresentaram na cor preta com letras brancas, favorecendo a leitura. A ordem das perguntas foi a seguinte:

1ª pergunta – Por que é importante para a sociedade brasileira atual conhecer a sua história?

2ª pergunta – Como se deu o processo de escravidão no Brasil?

3ª pergunta – Na história da escravidão do Brasil, quais são as principais lacunas?

4ª pergunta – Quais foram os principais movimentos de resistência escrava no século XIX?

5ª pergunta – O que foi a Revolução dos Malês?

6ª pergunta – Qual a contribuição dos malês para a sociedade baiana?

7ª pergunta – Como os livros didáticos atuais têm abordado a história da escravidão no Brasil?

Analisando esses questionamentos, podemos observar a preocupação dos educadores da TV AT, de forma intencional, em oferecer a seus colegas professores um material que contribuísse com o planejamento de uma aula sobre a escravidão em nosso país. O entrevistado demonstrou bastante segurança ao abordar o tema e seu discurso revelou o dialogismo, uma vez que, nele pode-se identificar toda a gama de conhecimentos adquiridos ao longo de sua vida acadêmica, autores estudados, documentos analisados, pessoas ouvidas. Ao declarar, por exemplo, que o Quilombo dos Palmares é o mais famoso das Américas e que a Revolta dos Malês foi o mais importante movimento de escravo das Américas, o professor expôs, em seu discurso, outros tantos proferidos anteriormente que o auxiliaram a chegar a essas conclusões. Seguem suas exposições:

A historiografia da escravidão, os estudos sobre a escravidão se desenvolveram enormemente nos últimos 20, 30 anos. Então, é uma gama enorme frentes de estudos sobre escravidão nos quais as lacunas nós podemos identificar como mais regionais do que, em termos, de assuntos, porque os dos estudos sobre escravidão, tradicionalmente, se concentraram naqueles lugares nucleares, onde a escravidão foi mais forte, como nas minas, nas plantações de açúcar e agora a gente sabe que a escravidão esteve por toda a parte, foi a instituição, provavelmente, mais difundida em todo o Brasil.

O movimento de resistência típico da escravidão foi o quilombo. E o quilombo existe desde o século XVII inclusive o Quilombo dos Palmares

que ficou o mais famoso das Américas, ele começa no início do século XVII e se prolonga até o final do século XII, portanto, estamos falando de 1695 quando o Zumbi foi morto.

Ela se deu em janeiro de 1935, no momento em que as pessoas da cidade estavam concentradas na Colina do Bonfim pra Festa de Nossa Senhora da Guia, que era uma grande festa do ciclo das festas do Bonfim. Então, foi um momento privilegiado do ponto de vista místico, digamos assim, e ao mesmo tempo um momento político, militarmente, estratégico, porque a cidade estaria esvaziada. Só que houve uma delação e a polícia foi colocada em campo, ao chegarem na Ladeira da Praça, um dos núcleos de reunião dos rebeldes, a revolta começou antes do anunciado. Os rebeldes tomaram conta das ruas durante algumas horas, mas não puderam sustentar mais do que isso a revolta. Então a Revolta dos Malês foi, sem sombra de dúvida, o mais importante movimento urbano de escravos nas Américas.

Assim, pôde se perceber que há, nesse discurso, uma heterogeneidade mostrada, uma vez que o próprio entrevistado foi pautado pelos produtores do discurso, os educadores da TV AT, sendo a sua fala uma escolha dos mesmos, algo que eles queriam dizer e não disseram, buscando outra pessoa que o fizesse, além de legitimá-lo. Também houve a presença da interdiscursividade, ou seja, da influência de outros discursos proferidos no passado. No que se refere à Lei 10.639/2003, entendemos que essa peça tem o claro intuito de possibilitar os professores a desenvolver uma aula que verse sobre os temas: escravidão no Brasil e movimentos de resistência escrava, como os quilombos e a Revolução dos Malês. O professor João José Reis também trouxe uma reflexão acerca da abordagem dessa temática por parte dos livros didáticos. Ao tratar de algo tão comum à prática pedagógica, os professores espectadores podem sentir-se contemplados, ou seja, o esforço de proximidade foi garantido.

As várias interpretações podem ocorrer, já que todo discurso é polissêmico. Assim, nem todas as pessoas podem encarar essa entrevista como uma contribuição pedagógica, podendo percebê-la como uma desencadeadora de conflitos internos na escola, pois há a dificuldade em abordar tais questões as quais são discutidas de forma muito superficial em sala de aula, devido a motivos diversos, como: falta de capacitação de professores e ausência de material didático específico, por exemplo. Desta forma, pesquisas e aprofundamentos acerca do assunto poderão ser necessários para utilização em aula.

Figura 7 - Historiador João José Reis



Fonte: Almanaque Viramundo; Entrevista.

7.3.3 Entrevista – Luislinda Valois

O quadro Entrevista da edição 6, do Almanaque Viramundo, trouxe uma conversa com a juíza baiana Luislinda Valois. Inicialmente, o Marcelo Prado, no estúdio, apresentou a entrevistada como a primeira juíza negra do Brasil, além de ter sido a primeira juíza a proferir uma sentença contra o racismo, no país. Ele afirmou, também, que ela realizou muitos projetos em defesa da igualdade racial, como a criação e instalação de juizados por diversas cidades do estado da Bahia.

A entrevista foi direcionada a partir das seguintes perguntas, apresentadas sob forma de cartelas pretas com letras brancas:

1ª pergunta – Como é ser a primeira juíza negra do país?

2ª pergunta – Como é ser negro no século XXI?

3ª pergunta – Qual a sua avaliação no que diz respeito às políticas públicas de reparação em nosso país e, em especial, na Bahia?

Esse direcionamento foi importante para que se pudesse perceber como os produtores do discurso, os educadores da TV AT, apropriaram-se da fala da Doutora Luislinda, com o

objetivo de transmitir a mensagem que lhes interessavam, evidenciando aí a interdiscursividade, por meio da heterogeneidade mostrada.

Na sua fala, a juíza demonstra que ela representa, de alguma maneira, os negros brasileiros, pois sua prática jurídica está voltada para o combate ao racismo e à exclusão do negro ao acesso a bens sociais e culturais. Vejamos alguns trechos da entrevista, onde ela trouxe a voz da militância em seu discurso:

É difícil ocupar esse destaque, mas o que me interessa não é ser a primeira nem a última juíza negra. O que me interessa é que eu luto em favor dos ppp's, pretos, pobres e periféricos, e como magistrada isso causa espanto, porque, geralmente, o magistrado se enclausura, imagina somente os processos que lhe chegam às mãos e eu laboro diferentemente dos demais magistrados. Eu enxergo dentro do processo como pessoas, seres humanos. O racismo, apesar de dizerem que não existe no Brasil, mas ele existe e ainda está muito arraigado, principalmente aqui na Bahia, onde nós deveríamos ter um tratamento diferenciado para mais, nós temos um tratamento diferenciado para menos, porque, aqui para o negro alçar altos cargos, é muito raro e quando ele consegue esse status, ele tem que mudar um pouco para poder se manter naquela situação. Mas eu a Deus, a meus santos, a meus orixás que não me faça mudar, me faça mudar para continuar lutando pelos pobres, periféricos e, porque não dizer, pelos excluídos de um modo geral, os gays, as lésbicas, os cadeirantes. Todos os cidadãos, enfim, tenham um lugar ao sol, porque Deus deixou o mundo para todos nós, ele não excluiu ninguém.

Ser negro no século XXI é, pelo menos, ter uma mensagem de que ele pode evoluir e ocupar espaços que não aqueles somente de execução e de apoio, já se vislumbra o negro ocupando cargos no Executivo, governador, prefeito, no Legislativo, também nós já encontramos, agora nas eleições, nós podemos ver isso, vereadores, senadores... Mas ainda é muito pouco,

As políticas públicas estão ainda muito incipientes, até porque, se for de referência ao negro, ele não sabe cobrar. Ele sempre foi levado a receber tudo pronto. Sempre se disse ao negro, você vai estudar tal coisa, você vai morar em tal lugar, o seu médico é este, seu hospital também é aquele e ele ainda não sabe reivindicar, mas ele já está se preparando para isso. Por quê? Porque ao negro sempre foi negada a educação e só com a educação de qualidade e continuada, não é só a educação de qualidade, porque hoje com a globalização, não se admite que o cidadão, “bom eu me eduquei, estou pronto e agora posso me sentar e aguardar que o mundo é meu”. Não. A educação é de qualidade, tem que ser, aliás, de qualidade e continuada, porque a todo instante estamos obtendo informações e mais informações e outras e outras. Por isso que eu advogo as cotas, porque a sociedade brasileira, porque não dizer, a sociedade mundial deve muito ao negro. Então é através das cotas que nós vamos oportunizar os excluídos, de um modo

geral, a participar deste processo de evolução e crescimento econômico mundial. Só através das cotas, não *ad aeternum*, porque se as cotas forem eternizadas viram esmolos. O negro não quer esmola. O negro quer oportunidade.

Percebeu-se que a luta pelo combate ao racismo esteve presente em seu discurso e a negação de outros tantos que reforçaram a discriminação e o preconceito contra os negros. Essa peça audiovisual tem como objetivo promover uma reflexão acerca da situação do negro brasileiro no século XXI. Não cabe ao professor, em sala de aula, defender ou negar o posicionamento da juíza, o que demonstra o caráter polissêmico do discurso, mas sim suscitar o desenvolvimento do senso crítico de seus educandos no que se refere ao seu posicionamento diante de situações que estão presentes em nossa sociedade, como o racismo, por exemplo.

De fato, esse tema tem muito a ver com a proposição da Lei 10.639/2003, ao analisar e refletir sobre o negro do Brasil hoje e todas as circunstâncias as quais contribuíram para esse quadro atual.

Figura 8 - Juíza Luislinda Valois



Fonte: Almanaque Viramundo; Entrevista.

7.3.4 Artefatos – Escultura “Grande Pássaro Mãe”, de Mestre Didi

O quadro *Artefatos*, do *Almanaque Viramundo 6*, trouxe como tema a escultura de Mestre Didi. Esse artista baiano, registrado como Deoscóredes Maximiliano dos Santos (1917 - 2013), foi referência na luta pela preservação e divulgação da cultura afro-brasileira. Sacerdote (*Assogba*)¹², escritor e artista plástico, Mestre Didi era descendente de negros africanos que vieram escravizados para o Brasil e pesquisador da cultura afro-brasileira que encontrou respostas para seus estudos em viagens para África, Europa e Américas.

A escultura, destaque no quadro *Artefatos*, é “Eleye N’la - Grande Pássaro Mãe”. No início do quadro foi apresentada uma série de acontecimentos históricos ocorridos em 2007, ano em que Mestre Didi produziu essa peça. Esse cuidado dos produtores do discurso (educadores da TV AT) tem como objetivo referenciar a obra em tempo e espaço, ou seja, contextualizá-la histórica e socialmente, ainda que os fatos selecionados sejam todos internacionais. Os acontecimentos citados são:

- A RCTV é fechada por Hugo Chávez;
- A França abole a pena de morte;
- Al Gore ganha prêmio Nobel;
- Instauração do Parlamento do Mercosul.

Sendo Mestre Didi, alguém que trouxe os conhecimentos transmitidos pelos seus ancestrais para sua vida e obra, além de buscar outras realidades como forma de compreender a relação África-Brasil-Bahia, ficou evidente o dialogismo em toda a sua produção. Além disso, o quadro apresentou a escultura através da fala de vários especialistas, o que evidenciou a heterogeneidade discursiva mostrada. Vejamos essas declarações:

- Ayrson Heráclito – professor de Artes Visuais:

Essa obra, ela é marcada por uma simetria, então ela se rebate de um mesmo lado você encontra o outro, então tem um eixo central e tem uma simetria que empresta a ela esse caráter hierático, religioso, de um equilíbrio absoluto, de uma harmonia plena.

Além de ser esse *espécia* pelo estético, ela também nos informa e também nos reconecta com uma natureza, que é uma natura ancestral.

¹² Supremo Sacerdote do Culto de *Obaluaiyê*, culto dos mortos.

Ela reúne uma diversidade de sentidos também. Ela não fala de uma África específica. Ela fala de uma África que foi, em verdade, resignificada aqui no Brasil. Por mais que a obra tenha uma conformidade, a obra tenha particularidades, advém de certas regiões do Golfo do Benin, né. Mas ela tem uma dimensão que é essa dimensão da diversidade que foi. A cultura surgiu dentro dos porões dos navios.

- Janice Nicolin – Professora de Língua Portuguesa:

Ela traz para nós o conhecimento dos princípios e valores de fundação da cultura nagô ou da cultura yorubá, do império yorubá. Muitos que perderam, os chamados destituídos do solo de origem que perderam esses valores, a partir dessa obra, eles começam a retratar, a reconhecer, a repor os valores perdidos, através da leitura de quem conhece, porque nem todas as pessoas conseguem interpretar uma obra como essa.

A grande mãe, o grande pássaro que representa o princípio feminino, o princípio de fecundidade, ou seja, o princípio de fertilidade representa a expansão da vida na Terra. Cada pena daquela representa os filhos. E como são muitas, a plumagem é densa. É só observar a obra que vê a grande plumagem, são muitos filhos e quanto mais filhos se tem, mais possibilidades se têm da expansão. Então, o impacto é grande mais para quem consegue fazer essa leitura.

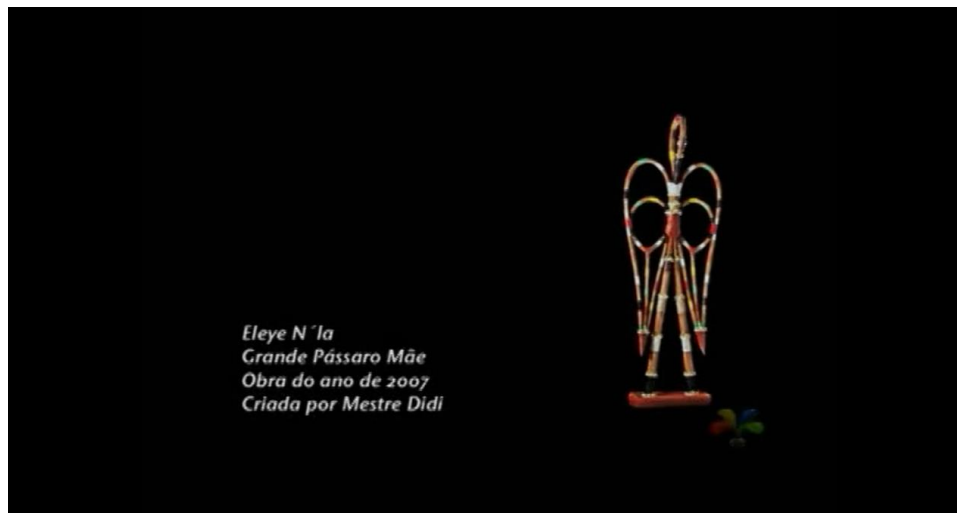
- Rita Ramos – Professora de Artes

Por que retratar o pássaro e chamar de grande mãe? Lá na representação do pássaro grande mãe, vemos que ele está com o seu bico dando o alimento. Tem uma complexidade. Você tem que fazer uma análise a respeito disso. A arte africana, como todo o continente, ela não é fácil de se analisar.

O exposto pelos entrevistados demonstrou que a intenção dos produtores do discurso era o de levar o maior número de informação aos professores da rede estadual de ensino e à comunidade escolar acerca da arte afro-brasileira, utilizando como exemplo uma obra do Mestre Didi, por meio da polifonia. É interessante observar a atmosfera criada pelo audiovisual para aludir ao universo afro, por meio da inserção de imagens de grupos étnicos africanos, do cotidiano de negros atuando como pescadores e a trilha sonora em yorubá. Outro

detalhe importante foi sinalizado pelo professor de Artes Visuais Ayron Heráclito, ao afirmar que a escultura gera diversas interpretações, sendo assim tudo o que foi dito sobre ela, nesse produto audiovisual, pode ser aceito ou não pelos espectadores. Cada um que a apreciar poderá criar as suas próprias interpretações, o que reforça o caráter polissêmico do discurso. A diversidade religiosa pode também ser um complicador na análise e interpretação dessa peça audiovisual, uma vez que remete ao universo do candomblé. A intolerância a religiões de matrizes africanas impõe formas diversas de aceitação de produtos que se relacionam com essas práticas religiosas.

Figura 9 - Escultura do Mestre Didi, Eleye N'la



Fonte: Almanaque Viramundo; Artefatos – Escultura de Mestre Didi.

7.3.5 Entrevista – Goli Guerreiro

Na edição 9, da série *Almanaque Viramundo*, o quadro *Entrevista* teve como convidada a antropóloga Goli Guerreiro. Nessa peça, o apresentador foi o professor Geraldo Seara, que faz parte da equipe técnico-pedagógica da TV AT. A substituição de Marcelo Praddo por esse professor contribuiu para uma maior aproximação com a comunidade escolar, uma vez que o ator deu lugar a um professor da escola pública baiana. Na apresentação de Goli Guerreiro, professor Geraldo nos informou que o tema do quadro é “a influência da diáspora negra; fenômeno sociocultural surgido com a imigração forçada pelo tráfico de escravos na produção musical contemporânea na Bahia”.

Assim como nos outros quadros Entrevista, o direcionamento foi realizado a partir de cartelas pretas contendo letras brancas e o enquadramento manteve-se sempre único, plano médio, ou seja, acima da cintura da entrevistada. Isso favoreceu o enfoque naquela que fala, entretanto, houve um elemento enquadrado que poderia fazer com que o espectador desviasse a sua atenção: a estátua de uma Yemanjá¹³ no lado esquerdo da tela. Detalhes como esse revelam algumas pistas de quem é essa pessoa que está sendo entrevistada e de que lugar ela fala. Antes de ser uma antropóloga, isto é, uma cientista social, ela é ou é possível que seja uma adepta ou simpatizante de religiões de matrizes africanas. Esse fato pode ser recebido pelos receptores da mensagem de diversas formas a depender de suas crenças e posicionamento acerca da religiosidade de cada um, evidenciando um fator preponderante no caráter polissêmico desse discurso.

Figura 10 - Antropóloga Goli Guerreiro



Fonte: Almanaque Viramundo; Entrevista

As perguntas apresentadas nas cartelas são as seguintes:

- 1ª pergunta: Como você define a Diáspora Negra e qual o papel da comunicação nesse processo?

- 2ª pergunta: Como a etnofotografia é utilizada em suas pesquisas?

¹³ Orixá de religiões afro-brasileiras, conhecida como a Rainha do Mar. No sincretismo religioso, é associada à Nossa Senhora da Conceição, Nossa Senhora dos Navegantes e Nossa Senhora da Glória.

A antropóloga respondeu a essas questões demonstrando conhecimento sobre o tema a partir de experiências vividas por ela mesma, no desenvolvimento de sua pesquisa. Logo, percebeu-se que, em seu discurso, existem outros tantos que compõem o seu arcabouço o que revelou o dialogismo.

A heterogeneidade mostrada é evidenciada na própria entrevista, uma vez que o discurso produzido é de responsabilidade dos educadores da TV AT. Desta forma, o que Goli Guerreiro declarou, nessa peça audiovisual, corresponde a uma escolha dos produtores desse discurso. O que foi editado corresponde, exatamente, ao que os professores queriam que fosse divulgado. Além da heterogeneidade, também podemos identificar a intencionalidade discursiva. Vejamos o que a antropóloga afirmou:

As formas de comunicação se alteraram. Na primeira diáspora, as formas de comunicação eram oral, tête-à-tête, diretamente, trocando informações, às vezes, secretamente, tramando revoltas, modos de escapar da condição servil. Na segunda diáspora, já há uma globalização eletrônica. Você tem fitas cassetes, tem televisão, rádios com alcances fantásticos, satélites... Então, as trocas de informação já estão na base da comunicação global, globalizada, eletrônica. E na terceira diáspora, a forma de comunicação é digital. É a *web* que agencia, que organiza essa troca de informação. Quer dizer, a troca de informação entre repertórios diferentes, produzidos por negros na África, no Caribe, nos Estados Unidos,, no Brasil, na Europa, encontra agora uma maneira, digamos assim, virtual, digital de se processar. E assim você conhece descobrir o que está se produzindo em Dakar, por exemplo, no Senegal, e aquilo impactar a moda que eu uso aqui em Salvador, o jeito de usar os torços, as pulseiras, a maneira de... a sua estética e a sua forma de criação e a sua forma de comunicação é transformada pela evolução tecnológica.

A fotografia é chave pra mostrar o que está acontecendo, porque a ideia é oferecer um acervo da produção cultural negra atual, contemporânea. Então, tem as referências da escravidão, tem as referências das imigrações, mas o que interessa nessa pesquisa que se chama Terceira Diáspora - Culturas Negras no Mundo Atlântico é, justamente, apresentar um repertório de produção cultural contemporânea. Os negros estão produzindo em todos esses lugares: na África, no Caribe, no Brasil, nos Estados Unidos, em todos os campos de criação: moda, literatura, cinema, design, artes visuais, esportes, música, claro! Então, esse trabalho reúne esse acervo. Eu quero muito que ele chegue nas escolas, que essa informação chegue nas escolas porque ele mostra diversas comunidades negras, muitos mundos negros produzindo ativamente, em diversos campos.

Observando o contexto dessa entrevista, foi possível inferir que esse assunto pode ser muito bem trabalhado em sala de aula, como disparador de diversos conteúdos pedagógicos,

em variadas disciplinas, como Arte, História, Literatura, Sociologia, por exemplo. Nela, a antropóloga Goli Guerreiro, nas falas editadas pelos educadores da TV AT, demonstrou, ainda que superficialmente, um percurso histórico dos negros através das três diásporas e as maneiras como o processo comunicativo se deu nesses momentos, incluindo o momento atual, por meio das tecnologias. Goli também explicitou que a produção artística do negro, o que pode suscitar a busca de mais informações acerca desse tema. Certamente, esse quadro pode, sobremaneira, auxiliar os professores, em sala de aula, a abordar questões que envolvem a história e a cultura africana e afro-brasileira.

7.3.6 Artefatos – Documentário: Pierre Verger, mensageiros entre dois mundos, de Lula Buarque de Holanda

O documentário do diretor Lula Buarque de Holanda referiu-se ao tema do quadro *Artefatos*, da edição 10, do *Almanaque Viramundo*. *Pierre Verger, mensageiros entre dois mundos* foi apresentado por vários especialistas que desenvolveram a discussão, revelando, por meio da polifonia, como esse filme pode fomentar futuras pesquisas a respeito da relação África – Brasil – França, as semelhanças e diferenças entre os cultos religiosos africanos e os praticados no Brasil, o olhar do estrangeiro sobre nossa cultura, e respeito às diversidades religiosa e cultural.

Figura 11 - Capa do Documentário Pierre Verger – Mensageiro entre Dois Mundos



Fonte: Almanaque Viramundo; Artefatos – Documentário Pierre Verger – Mensageiro entre Dois Mundos.

Inicialmente, foi apresentada uma série de fatos que contextualizou histórico e socialmente o Brasil e o mundo no ano de 1998, quando o documentário foi lançado. Um ano em que, segundo os acontecimentos sinalizados, dá sinais de um caminho sem volta rumo ao desenvolvimento tecnológico e ao respeito às diversidades. Os eventos mencionados foram:

- Brasil perde a Copa da França;
- Sergey Brin e Larry Page fundam o Google;
- Benedita da Silva é a 1ª mulher a presidir a Sessão do Congresso Nacional.

Entre imagens pouco nítidas do filme, os depoentes revezaram-se opinando quanto à sua relevância histórica e cultural. Vejamos essas falas:

- João Carlos Sampaio – Crítico de cinema:

O filme Pierre Verger, mensageiro entre dois mundos, de Lula Buarque de Holanda, é uma produção carioca, não tem uma ligação tão mais próxima com a Bahia, além do fato de ele tratar de Pierre Verger que é, todo mundo sabe, um francês que abraçou a Bahia, virou um baiano. O filme, na verdade, ele se ocupa do perfil desse personagem, desde o seu título que diz: “mensageiro entre dois mundos”, ele tenta buscar esse lado místico, esse lado espiritual desse personagem, desse homem que foi um grande fotógrafo, uma figura de grande relevância.

- Bruno Saphira – produtor de audiovisual

O filme, ele tenta abordar vários aspectos, na verdade: a vida do Verger, a obra do Verger, a ligação que ele estabeleceu com a Bahia e com a cultura negra na Bahia e na África e a ligação, que é justamente o argumento principal dele, que é refazer esse percurso dele. Eu acho que ele consegue trazer à tona algumas discussões, tem uns depoimentos importantes sobre esses elementos, principalmente a religiosidade do próprio Verger entra muito fortemente nesse contexto, ele se torna uma pessoa, dentro do Candomblé, importante, com um cargo importante e é reconhecido isso tanto no Brasil, como na África.

- Alex Bareadel – fotógrafo

O documentário, ele foi filmado uma parte no Brasil, uma pequena parte na França e uma grande parte na África. Eu acredito que poucas pessoas em Salvador tinham o visto assim, não viagem na África, esse documentário não mostra viagens na África, mas mostra pessoas que ele frequentava na África, pessoas religiosas, um guia... Então, imagino que deu uma visão do Verger na África também.

- Angela Lühning – Diretora da Fundação Pierre Verger

Talvez até mensageiro entre mais mundos ainda. Verger foi mensageiro, especialmente, entre a África e o Brasil, mas a gente observa a sua produção fotográfica e bibliográfica, a gente percebe que este mundo tem outras partes. Ele teve na Ásia, ele teve no Caribe, na Europa. Então assim, o mundo pra ele é um conjunto de várias realidades que, de alguma forma, dialogam. Ele foi um defensor do reconhecimento, do respeito da diversidade, da diferença. Então, a diversidade cultural só existe, à medida que as pessoas respeitam a diferença do outro e para poder respeitar tem que conhecer.

É importante lembrar que as falas dos depoentes foram editadas e selecionadas pelos produtores do discurso, logo pelos educadores da TV AT. Sendo assim, o que foi exibido corresponde a uma intenção dos responsáveis pela mensagem a partir da polifonia, evidenciada através da heterogeneidade mostrada. O dialogismo fica muito claro quando se mostra conceitos básicos de valores como respeito ao diverso, notoriedade de Verger como personalidade que divulgou a cultura africana e afro-brasileira. Tratou-se de um discurso permeado por outros tantos, proferidos ao longo do tempo.

A relação com os estudos sobre a história e cultura africana e afro-brasileira esteve, claramente, definida nessa peça audiovisual. Não como uma aula, mas sim como sugestões de recursos a serem utilizados e temas abordados em classe, como o próprio documentário, de Lula Buarque de Holanda.

7.4 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Após analisar os seis quadros, do *Almanaque Viramundo*, que possuem uma relação direta com as exigências da Lei 10.639/2003, podemos considerar alguns pontos.

Inicialmente, utilizaremos como fio condutor o Quadro de Referência (ver seção 4.2), o qual traz aspectos que seriam observados no estudo desse material audiovisual.

Sendo assim, no que se refere à abordagem do conteúdo, entendemos que existiu uma predominância dos temas que envolvem a história e cultura afro-brasileira e, principalmente, afro-baiana, ou seja, tratou-se muito pouco de assuntos correspondentes à África, propriamente dita. Falou-se da relação África – Brasil, entretanto a discussão ficou restrita ao nosso país. Ficou evidente o cuidado dos educadores da TV AT em transmitir informações atualizadas e que demonstrassem credibilidade, por isso a escolha de especialistas que dissertaram sobre as questões propostas de forma segura e contextualizada. O uso das técnicas do audiovisual como enquadramentos, movimentos de câmera e trilhas sonoras foram utilizados, de maneira consciente, para reforçar a mensagem que se queria comunicar. Toda essa preocupação expressou a intencionalidade do discurso, a partir dos determinantes sinalizados por Bakhtin e Foucault: o dialogismo, a polifonia, a heterogeneidade, a interdiscursividade e a polissemia, identificados, em cada peça.

Acerca da contextualização, verificamos que a opção de mostrar situações que abordassem o cenário histórico, social, artístico e cultural afro-baiano foi uma estratégia que teve como objetivo alcançar essa meta, uma vez que aproximou o tema discutido à realidade do estudante e do professor. Assim, o bairro da Liberdade, apresentado no quadro Bahia Assim, possui características próprias, mas que dialogam com peculiaridades de outros bairros periféricos de Salvador, como trabalhos sociais por meio da arte-educação, a preferência por certos ritmos musicais, as formas de diversão e lazer, por exemplo. A jurista Luislinda Valois, em sua exposição, mostrou-se como alguém que, apesar dos percalços, conseguiu galgar um espaço privilegiado na sociedade, e aproveitou-se dessa condição para lutar por uma vida melhor e mais digna para a população “pobre, preta e periférica” da Bahia. Apenas o documentário *Pierre Verger, o mensageiro entre dois mundos* não é uma produção baiana, porém apresentou como protagonista o fotógrafo francês que escolheu a Bahia para passar o resto da sua vida, incorporando a cultura afro-brasileira e fazendo uma ponte com a África, devido aos conhecimentos adquiridos em diversas viagens a esse continente. Além disso, a proximidade também ocorreu quando se escolheu ouvir pessoas que fazem parte do cenário cultural baiano, como o produtor de audiovisual Bruno Saphira e, o já falecido, crítico de cinema João Carlos Sampaio. Sobre os depoentes, é relevante destacar que a presença de professores da escola pública, como Janice Nicolin e Rita Ramos, nessas sonoras também constituiu em um fator que aproxima essas peças do seu público alvo, a comunidade escolar.

Esse aspecto tende a valorizar esses educadores e mostrar para a sociedade em geral a qualidade dos profissionais que atuam na educação pública do Estado.

Tomando como base os ensinamentos de Vygotsky e considerando a linguagem, efetivamente, como um dos principais mediadores na relação homem e mundo, acreditamos que esses recursos audiovisuais são instrumentos eficientes para serem utilizados em sala de aula pelos professores. Eles podem ser usados como disparadores e fomentadores de discussões, desenvolvendo a autonomia do estudante, assim como dos próprios educadores, pois, no ato educativo, todos ensinam e todos aprendem.

Entendendo o discurso como polissêmico, as mensagens ali transmitidas podem e devem promover uma reflexão e uma discussão. Esse processo, realizado de forma responsável e comprometida com o ensino e a aprendizagem, resulta no desenvolvimento da capacidade crítica de todos os envolvidos. Não existe verdade absoluta nessas peças audiovisuais, ainda que educativas, e nem o intuito de dar conta de todo um conteúdo programático, mas sim de despertar o interesse dos professores e alunos em refletir, discutir, pesquisar acerca desses assuntos. Partindo desse pressuposto, a entrevista do professor João José Reis passa a ser um excelente pretexto para se buscar mais informações acerca da escravidão no Brasil, as formas de resistências dos negros escravizados, como os quilombos e as diversas revoltas.

O último aspecto, do Quadro de Referência, diz respeito à interatividade. Nos quadros analisados, não existe, explicitamente, mecanismos que forneçam essa interação entre o espectador e os produtores da informação. Entretanto, na apresentação completa do programa *Almanaque Viramundo*, os apresentadores, Marcelo Prado e Geraldo Seara, fazem referência ao Portal do Educador Baiano (www.iat.educacao.ba.gov.br), que, na época, era específico do Instituto Anísio Teixeira, porém nele não havia um local onde se pudesse registrar algum comentário, enviar críticas ou sugestões. Desta forma, esse quesito não foi contemplado nas peças analisadas.

8. RESULTADOS DO GRUPO FOCAL NO COLÉGIO ESTADUAL GOVERNADOR LOMANTO JÚNIOR

Como mencionamos anteriormente, o grupo focal foi realizado no Colégio Estadual Governador Lomanto Júnior. Para a ocorrência dessa técnica, foi necessária autorização do Comitê de Ética, uma vez que se trata de pesquisa que envolve seres humanos. O parecer positivo, aprovando esse estudo, tem número de ordem 648.646, datado de 13/05/2014.

Nos primeiros contatos, foram expostos os objetivos do grupo focal, a dinâmica do processo, assim como a relevância de debater o cumprimento da Lei 10.639/2003 nessa escola, além de apreciar de maneira crítica os recursos audiovisuais produzidos pela Secretaria da Educação do Estado da Bahia, a partir da TV Anísio Teixeira, no que se refere à obediência da Lei.

O Quadro de Referência, apresentado em capítulos anteriores (ver seção 4.2), foi levado à apreciação daqueles que participariam do grupo focal, e também as sentenças que direcionariam as discussões. No que diz respeito a esse Quadro, não houve alteração, mas o mesmo não aconteceu com as questões. Inicialmente, a proposta de direcionamento era a seguinte:

- África e Brasil – ontem e hoje;
- A disciplina História deve contemplar as sociedades antigas de todos os continentes;
- Heranças africanas e folclore;
- Diversidade religiosa: respeito/ direito/ liberdade;
- Mitologias grega, romana e africana;
- Pertinência ou não da inclusão de assuntos direcionados à África e ao povo negro, ontem e hoje;
- Audiovisual na sala de aula e educação para relações étnico-raciais;
- Peças apresentadas e o cumprimento da Lei 10.639/2003.

Uma professora, participante do grupo focal, solicitou que fosse acrescentado o item que contemplasse a influência negra em nossa língua e literatura, o que foi acatado imediatamente. Desta forma, os itens para debate no grupo focal ficaram assim estabelecidos:

- África e Brasil – ontem e hoje;
- A disciplina História deve contemplar as sociedades antigas de todos os continentes;
- Heranças africanas e folclore;
- Diversidade religiosa: respeito/ direito/ liberdade;
- Mitologias grega, romana e africana;
- Pertinência ou não da inclusão de assuntos direcionados à África e ao povo negro, ontem e hoje;
- A influência negra no nosso idioma e na literatura;
- Audiovisual na sala de aula e educação para relações étnico-raciais;
- Peças apresentadas e o cumprimento da Lei 10.639/2003.

Participaram do grupo focal sete pessoas, assim distribuídos:

- Professor de Língua Portuguesa e Literatura;
- Professora de Língua Portuguesa e Literatura;
- Representante do corpo diretivo;
- Professora de História;
- Professor de Artes;
- Funcionário da Secretaria do colégio;
- Aluna do 2º ano do Ensino Médio.

É importante esclarecer que estava confirmada a presença de três estudantes, porém dois deles não compareceram e nem informaram o motivo da ausência. A participação do funcionário justifica-se, uma vez que, no modelo de gestão participativa, todos os segmentos da comunidade escolar devem envolver-se com as mais diversas atividades proposta pelo colégio, desde as administrativas e financeiras, até as pedagógicas. Outro fato relevante para justificar essa participação é por ser este servidor ser da etnia negra.

De acordo com a metodologia proposta, o grupo assistiu aos seis quadros, do programa *Almanaque Viramundo*, selecionados para essa pesquisa. Ao iniciar as discussões, os representantes da comunidade escolar solicitaram que fosse lido o texto da Lei 10.639/2003 para promover um debate mais respaldado. Após essa leitura, começaram as exposições.

- Sobre a relação África – Brasil e a Lei 10.639/2003:

O professor de Língua Portuguesa informou que conhecia a Lei, mas acreditava que os colegas talvez não a conhecessem. A representante do corpo diretivo afirmou que há, sim, um desconhecimento por parte dos estudantes acerca da Lei e as discussões sobre o tema, no ambiente escolar, estão bastante atrasadas. Inclusive, ela previu que se fizesse uma enquete com os alunos. Segundo ela, certamente, eles não saberiam o que é, nem do que trata a Lei. Para essa representante, está faltando essa discussão em sala de aula. O professor de Língua Portuguesa concordou com tal opinião. Já a professora de História considerou que há boas iniciativas e lembrou que há alguns anos, o colégio realizou um projeto sobre o assunto, o BrÁfrica. A representante do corpo diretivo sinalizou que este foi bem sucedido durante dois anos, mas deixou de fazer parte do planejamento escolar, no ano anterior (2013), pois começou a ficar repetitivo, faltando criatividade, abordando sempre os mesmos assuntos, como culinária, vestimentas, vocabulário, etc. Essa representante também expôs que foi feito, com as primeiras turmas do curso de Educação Profissional em Turismo, um projeto que, durante quatro anos, tratou da diáspora negra, a chegada dos africanos na Bahia e a situação dos negros hoje, entretanto, não houve prosseguimento em outras turmas.

- Acerca da obrigatoriedade da Lei para o ensino das Relações Étnico-raciais:

O professor de Língua Portuguesa, que é negro, assumiu que tem receio de ofender os demais com sua opinião, mas acredita que se essas questões não forem obrigatórias, ninguém cumpre. Para ele, da maneira que estão sendo encaradas (nas escolas), ninguém está fazendo também, uma vez que os colegas (professores) não acham interessante ou relevante. Segundo o educador, nem os próprios professores preocupam-se com essas questões, pois, para eles, falar, sumariamente, sobre a África, apenas abordando a escravidão, já resolve. Ele acrescenta que o tema deve ser abordado de maneira natural e cita a entrevista com a antropóloga Goli Guerreiro (no quadro *Entrevista*), quando ela trata das diásporas. O docente, que diz conhecer a obra da antropóloga, deixa claro que é um material importante para o professor pesquisar e começar a perceber o tema de outra forma, com mais naturalidade. Ele, que está

desenvolvendo um novo projeto no colégio acerca desse tema, informa que todos os quadros assistidos para essa pesquisa enquadram-se perfeitamente no seu trabalho. Os demais demonstraram concordar com a obrigatoriedade da Lei, ainda que reconheçam que não há ações efetivas de seu cumprimento. Apenas a professora de Língua Portuguesa acredita que não deveria ter essa obrigatoriedade, uma vez que iniciativas de inclusão desses temas nos planejamentos dos docentes deveriam ser algo natural.

- Sobre o ensino de História e as sociedades antigas de todos os continentes:

O professor de Artes ponderou que, em suas aulas, tem sempre tratado desse tema. Em sua prática pedagógica, ele discute as diversas Áfricas, desde o Egito, fugindo daquela visão de que esse continente é apenas a África Negra. Assim, o docente acredita que passa para seu aluno uma percepção do continente africano no geral, como um todo, não muito diferente do Brasil, mas que por questões históricas a Europa, baseando-se nas conquistas e dominação europeia, coloca-se no centro do mundo. Para esse professor, a escola ainda está presa à visão do passado, com negros de turbantes, tranças de raiz, roupas coloridas, ou seja, uma África da época dos colonizadores. Ele acredita que nós somos os negros de hoje e lança uma pergunta: “Por que na comemoração do Dia da Consciência Negra as pessoas se fantasiam de negro?”. O professor criticou os colégios, genericamente, por trabalhar o tema com esse olhar equivocado e sinaliza que os vídeos assistidos e a discussão desenvolvida no grupo focal são maneiras eficientes de debater esse assunto. A professora de História lembrou que essa visão já está mudando, mas o professor de Artes rebateu, acrescentando que a mudança é bastante incipiente.

- Sobre heranças africanas e folclore

Para a representante do corpo diretivo, essa maneira de perceber as heranças africanas na culinária, na dança, na religião como manifestações folclóricas ainda está presente nas escolas. Segundo ela, vivemos o início de uma mudança, estamos caminhando, mas há muito o que percorrer.

O professor de Artes trouxe à discussão a questão da resistência e da identidade. O docente contou que, ao trabalhar com máscaras africanas, alguns alunos se negaram a fazer a sua própria, porque não se consideravam negros, já que não tinham a cor da pele escura, desprezando suas raízes, sua genética. Nesse momento, o funcionário da secretaria argumentou que, no Brasil, a maioria dos brancos possui um negro na família. A representante

do corpo diretivo lembrou que essa não identificação é resultado da tentativa de embranquecimento da sociedade brasileira, principalmente, através da televisão. O que foi acatado pelo funcionário o qual ponderou que o número de negros presentes nas produções televisivas ainda é pequeno e quando usam a cota é para mascarar a discriminação. O professor de Artes sentenciou: “Estão faltando referências”. A representante da direção ainda acrescentou, baseando-se na fala da juíza Luislinda Valois, no vídeo assistido (quadro Entrevista), que a cota deveria ser para os excluídos e não apenas para os negros. E a professora de História concluiu que os excluídos na Bahia são os negros, que formam a maior parte da população.

- Sobre a diversidade religiosa

A representante do corpo diretivo contou que, na época em que o colégio desenvolveu o projeto BrÁfrica, muitos alunos se recusaram a participar por serem evangélicos. O professor de Artes exemplificou a utilização do vídeo assistido sobre a escultura de Mestre Didi. Para ele, pode-se trabalhar a simbologia, o material da obra, mas a resistência já se manifesta só em ver a imagem e associar a religiões de matrizes africanas. A estudante, que é evangélica, admitiu que possui mente aberta, por isso ela não deixa de participar de nenhuma atividade escolar devido à sua crença religiosa, mas concorda que grande parte dos seus colegas evangélicos é resistente e não age dessa maneira.

- Sobre as mitologias grega, romana e africana

De acordo com o professor de Artes, a resistência por conta do preconceito religioso só existe quando o foco é deuses africanos, o que não acontece no momento em que se estudam os deuses gregos e romanos. Inclusive, ele informou que se fossem analisar os deuses egípcios, gregos, romanos e africanos, iam perceber que todos são os mesmos só mudam de nomes e que a não aceitação dos deuses africanos está relacionada, diretamente, a questões preconceituosas. Para a professora de História, se houvesse uma palestra sobre deuses africanos, com certeza, a maioria dos alunos iria recusar a assistir.

- Sobre a pertinência ou não da inclusão de assuntos direcionados à África e ao povo negro, ontem e hoje

O professor de Língua Portuguesa considerou que a pertinência da inclusão desses assuntos só é ponto pacífico entre os professores negros. O fato de não se sentir incluído já é um motivo para ignorar a questão. Ele disse que o racismo está relacionado à cor da pele e

que só sente quem passou ou passa por dificuldades para alcançar seus objetivos devido à sua cor. O professor de Artes lembrou que o não se identificar como negro também é um fator que reflete uma atitude de autopreservação, uma tentativa de livrar-se na discriminação, fugindo do sofrimento.

- Sobre o audiovisual na sala de aula

A estudante expôs que, no colégio, os professores trabalham muito com o audiovisual como recurso didático e que essa prática é bem aceita pelos alunos. A representante do corpo diretivo inquiriu a estudante, perguntando-lhe se eles (alunos) consideravam esse tipo de atividade como uma aula. A aluna informou que sim, encaram como aula e que o audiovisual é mais um instrumento utilizado pelo professor para passar os assuntos de forma mais prazerosa. Todos os professores presentes, no grupo focal, demonstraram que esse recurso é eficiente, na prática pedagógica, e confessaram que já utilizam em suas aulas.

- Sobre a influência negra no nosso idioma e na literatura

A professora de Língua Portuguesa informou que sempre trabalhou, com seus alunos, as influências negras e indígenas, na nossa língua e literatura, utilizando, por exemplo, poesias de Castro Alves (1847 – 1871) para ilustrar questões acerca da escravidão. Ela contou que estimula a autoestima dos discentes negros ou não. Para ela, trabalhar esses temas em suas aulas é algo muito natural e corriqueiro.

O professor de Artes comentou sobre a influência negra e africana presentes nas ruas do bairro de Itapuã, na história oral de antigos moradores. Detalhes que, às vezes, são esquecidos pela escola. Todos os outros docentes concordaram com essa afirmação.

- Sobre as peças apresentadas e o cumprimento da Lei 10.639/2003

Os participantes do grupo focal declararam que o material assistido é muito relevante e completamente pertinente para tratar de conteúdos que envolvem a Lei 10.639/2003.

A professora de Língua Portuguesa comentou que adorou a entrevista com a juíza Luislinda Valois. O professor de Língua Portuguesa declarou que os quadros podem ser programados para serem utilizados em momentos oportunos e bastante eficientes para o uso em sala de aula. O professor de Artes entendeu que os vídeos contribuem para iniciar as discussões acerca do cumprimento da Lei no Colégio Lomanto Júnior. A representante do corpo diretivo também avaliou as peças como muito interessantes e que gostou muito das

discussões fomentadas pelo grupo focal, solicitando que outros fossem realizados naquela escola..

A docente que ensina História não contribuiu muito com a discussão, ainda que sua disciplina seja uma disciplina-chave no que diz respeito à aplicação da Lei. O que se pode inferir da sua escassa participação é o desconhecimento acerca dos temas (história e cultura africana e afro-brasileira) e o desinteresse em suprir essa deficiência, pesquisando e atualizando seus conhecimentos.

Vale ressaltar que há uma carência de discussões no que diz respeito à aplicação da Lei 10.639/2003. Entretanto, ficou evidente a satisfação dos participantes do grupo focal em ter a oportunidade de iniciar esse tipo de reflexão. Sendo assim, entendemos que essa técnica é, extremamente, eficiente para se obter resultados numa pesquisa científica, mas também, especificamente neste estudo, revelou-se como um instrumento que despertou, nos participantes, o desejo de debater mais sobre questões que envolvem a educação para as relações étnico-raciais..

Outro detalhe importante é admitir que a estudante, por ser a única representante do segmento aluno, pode ter se sentido pouco à vontade para debater com seus professores, embora, nos momentos em que foi convidada a expressar sua opinião, não deixou de fazê-lo.

8.1 CONSIDERANDO QUADRO REFERÊNCIA E RESULTADOS DO GRUPO FOCAL

Retomando o Quadro Referência (ver seção 4.2), e analisando os resultados obtidos no grupo focal, realizado no Colégio Estadual Governador Lomanto Júnior, podemos considerar as seguintes avaliações:

- Pertinência da Lei 10.639/2003

A maioria dos participantes do grupo focal entende que a Lei 10.639/2003 refere-se a uma legislação pertinente, entretanto não há uma iniciativa da escola para incluir, em seus planejamentos, assuntos relacionados à história e cultura africana, nem afro-brasileira. A partir dos relatos, conclui-se que os projetos que ocorreram, em anos anteriores, abordavam a

temática de forma superficial e repetitiva, enfatizando sempre as características mais próximas à folclorização do tema, a partir da influência africana na culinária, vocabulário, vestimentas. Apenas uma professora, a de Língua Portuguesa, declarou que insere naturalmente esses temas em suas aulas, sem que esteja, necessariamente, preocupada com o cumprimento da Lei e sim por acreditar que seja importante para o desenvolvimento escolar e pessoal de seus alunos.

- Conhecimentos prévios

Os presentes no grupo focal demonstraram que conheciam a Lei, mas de forma superficial. Esse fato ficou evidente quando os mesmos solicitaram a leitura da legislação em sua íntegra. Percebeu-se que apenas o professor de Língua Portuguesa que está, atualmente, realizando um projeto neste colégio acerca do tema, conhecia a Lei profundamente. Sobre essa questão, podemos inferir trata-se de um projeto particular com o tema relativo à educação étnico-racial. Este professor atua assim por entender que essa luta é sua. Uma vez que o docente não se considera inserido nessa militância, a Lei passa a ser mais uma obrigação, mais um trabalho, tornando-se algo supérfluo.

- Relação com as TICs

A partir das discussões, ficou claro que os professores, a representante do corpo diretivo e a estudante acreditam que as Tecnologias da Informação e Comunicação, principalmente o audiovisual, devem estar presentes na prática pedagógica como recursos disparadores dos debates, mas nunca como substitutos de uma aula.

- Arte, ludicidade e fantasia

Ficou evidente, no grupo focal, que a comunidade do Colégio Estadual Governador Lomanto Júnior considera relevante incluir arte, ludicidade e fantasia no processo ensino-aprendizagem. Isso estava explícito nas falas quando os participantes levaram exemplos de sua prática pedagógica para a discussão, como os projetos realizados no colégio, as atividades relacionadas à confecção de máscaras, utilização de filmes, montagem de peças teatrais, festival de música.

Em todos os relatos, foi possível identificar o papel do professor enquanto mediador desse processo e não como aquele que transfere seu conhecimento para o outro. Enquadrando

essa atuação na teoria de Vygotsky, em que o papel do professor seria o de agir na zona do desenvolvimento imediato de educando, promovendo um novo conhecimento.

- Aplicação de recurso audiovisual produzido pela SEC no cumprimento da Lei 10.639/2003

Sobre esse item, os participantes foram unânimes ao declarar que os vídeos exibidos no grupo focal, ou seja, os seis quadros do programa *Almanaque Viramundo*, da TV Anísio Teixeira, possuem uma relação direta com a Lei 10.639/2003. Eles acreditam que se trata de um recurso muito útil para ser utilizado em sala de aula, no que tange ao cumprimento dessa legislação, ainda que para isso, os envolvidos na prática pedagógica tenham que criar alternativas de vencer os desafios provenientes da resistência de alguns estudantes por conta de suas crenças religiosas.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa teve como foco a análise do cumprimento da Lei 10.639/2003 a partir de quadros que compõem o programa educativo da TV Anísio Teixeira, *Almanaque Viramundo*. A Legislação citada foi fruto da reivindicação de movimentos sociais e da militância negra brasileira que exigia uma educação plural e antidiscriminatória. Desta forma, é sancionada, no início da primeira gestão do Presidente Lula, a Lei 10.639/2003 a qual torna obrigatório, em todas as escolas do país, o ensino da história e cultura da África e dos afro-brasileiros. Não se tratava da criação de novas disciplinas no currículo escolar, mas sim da inclusão desses temas na programação de todas as matérias escolares, principalmente, das chamadas disciplinas-chave: História, Literatura e Arte.

O estudo se deu a partir da análise do conteúdo, com bases linguísticas, de quadros que compõem doze edições do programa *Almanaque Viramundo*, da TV Anísio Teixeira, projeto da Rede Anísio Teixeira/ IAT/ Secretaria da Educação do Estado da Bahia. Foi observado que, dentro dessas edições, num total de 72 quadros, 8% (oito por cento) deles estão diretamente relacionados à Lei 10.639/2003, o que corresponde a seis quadros. Esse dado pode ser entendido como um quantitativo muito aquém do ideal, uma vez que a produção dessas peças audiovisuais ocorreu entre os anos de 2008 a 2011, logo, bem depois da implantação dessa legislação. Os recursos tecnológicos podem servir como aliados dos professores, auxiliando-os no planejamento e desenvolvimento de aulas criativas e inovadoras. O fato de esses recursos possuírem temas que são pouco visitados pela escola, como os exigidos pela Lei 10.639/2003, contribui no combate aos problemas que dificultam esse cumprimento, neste caso, a falta de material didático específico. Mas ainda assim, percebemos que dos seis quadros analisados apenas 01 fala, especificamente, sobre a África, que foi o *Artefatos* sobre o documentário Mensageiro Entre Dois Mundos.

É importante que se diga que, ao analisar o cumprimento da Lei 10.639/2003, estamos realizando uma pesquisa avaliativa acerca dessa política pública, conforme vimos na corrente teórica defendida por Henningan et al (1982). Entretanto, ao realizar a análise de conteúdo dos quadros do *Almanaque Viramundo* e discutir o seu alcance junto a uma comunidade escolar, avaliamos também as peças audiovisuais produzidas por uma TV da Secretaria da Educação do Estado da Bahia, portanto, outra política pública.

Nas análises dos discursos dos seis quadros, percebeu-se a utilização da polifonia, da heterogeneidade mostrada, comprovando o caráter dialógico dos mesmos. A intencionalidade também ficou evidente, a partir da seleção das fontes entrevistadas, da edição das falas dos depoimentos e da opção de recursos técnicos, como enquadramento, posicionamento e movimentação de câmera, além da escolha da trilha sonora. Comprovaram-se as teorias relacionadas à linguística de que todo discurso é intencional, polifônico e heterogêneo.

No grupo focal, ficou evidente o desconhecimento dos participantes acerca do texto da Lei. Eles consideraram a legislação pertinente, mas admitiram que não há um debate permanente sobre ela nos colégios. Também sinalizaram algumas atividades que já ocorreram no Colégio Estadual Governador Lomanto Júnior que objetivavam fazer a relação entre África e Brasil, ainda que frágeis e descontínuas. Os participantes também foram conscientes ao entender que a diversidade e o preconceito religioso são grandes desafios para o cumprimento da Lei 10.693/2003, assim como o racismo, que ainda está enraizado em nossa sociedade, segundo eles.

Nos discursos, percebeu-se que há uma falta de comprometimento, por entender que o racismo é sempre um problema do outro. Basta perceber que, no grupo focal, quem falava com propriedade sobre o tema eram os professores e o servidor, assumidamente, negros.

Ainda sobre os quadros do *Almanaque Viramundo*, os participantes do grupo focal demonstraram que não conheciam o material, embora tenha sido lançado e esteja disponível na *web*, desde 2010. Acharam os temas abordados bastante interessantes e oportunos para levar a discussão da história e cultura africana e afro-brasileira para a sala de aula. Eles ficaram satisfeitos em participar da pesquisa, por terem tido a oportunidade de debater o tema. Portanto, o grupo focal figurou como um momento inédito naquele colégio, no qual representantes da comunidade escolar pararam para refletir acerca da educação para as relações étnico-raciais e o cumprimento da Lei 10.639/2003.

Refletindo sobre o que foi sinalizado pelos presentes no grupo focal, infere-se que há uma dificuldade dos gestores e educadores de encontrar um caminho para a efetivação do cumprimento da Lei 10.639/2003, nas escolas. Seria necessária uma tomada de decisão coletiva, envolvendo toda a comunidade escolar, que abarcasse a elaboração de uma nova proposta pedagógica, sugerindo modificações, inicialmente, nos Projetos Políticos Pedagógicos - PPP; na formação continuada de professores e exaustivas discussões. A partir

daí, a comunidade conquistaria empoderamento para criar e por em prática ações pedagógicas que envolvessem as questões étnico-raciais.

Por fim, acreditamos que os objetivos dessa pesquisa foram plenamente alcançados. Os quadros do *Almanaque Viramundo*, diretamente relacionados com a Lei 10.639/2003, foram analisados a partir da corrente linguística. Assim como, foi realizado o grupo focal no Colégio Estadual Governador Lomanto Júnior, em Salvador, detectando a pertinência e o alcance desse recurso audiovisual educativo junto à sua comunidade escolar.

Concluimos que a Lei 10.639/2003 foi uma conquista para os movimentos sociais, em especial, para a militância negra. Entretanto, seu cumprimento ainda depende de muito esforço e mobilização por parte do poder público e da gestão das escolas. O poder público no que se refere à formação inicial e continuada dos educadores, assim como na elaboração de material didático específico; e da gestão escolar na constituição de uma estrutura pedagógica que dê conta dessa exigência, desde a elaboração ou reestruturação do PPP, até encontros com pais e comunidade para tratar de temas como diversidades e combate aos preconceitos.

Já sobre o programa da TV AT analisado, inferimos que se trata de um recurso educativo muito útil à prática pedagógica. No que se refere à Lei 10.639/2003, porém, poderia ter incluído mais temas relacionados a essa legislação, uma vez que a escassez de material didático nessa área ainda é muito perceptível, principalmente, sendo uma realização da Secretaria da Educação do Estado da Bahia, portanto poder público. Ainda que em pequena escala, os quadros os quais trazem discussões que versam sobre questões da história e cultura afro-brasileiras foram muito bem aceitos pelos representantes da comunidade escolar do Colégio Estadual Governador Lomanto Júnior, isso os tornam recursos eficientes para a utilização em sala de aula, no cumprimento da Lei. Outro detalhe importante é o fato de que, nas peças analisadas, não haver um recurso que possibilite a interatividade. Essa carência é grave, pois as tecnologias educacionais devem primar pela interação, através de um canal aberto entre quem produz e aquele que recebe a mensagem.

Esperamos que essa pesquisa colabore com mudanças necessárias nesse panorama em que se encontram as escolas brasileiras, no que tange à educação para as relações étnico-raciais. Se existe uma Lei, ela tem que ser cumprida e para isso, todos os esforços precisam ser mobilizados a fim de quebrar raízes profundas fincadas durante quase 300 anos de escravidão em nosso país.

10. REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, V. de P. **Avaliação de Programas Sociais: De Mensuração de Resultados para uma abordagem Construtivista.** *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, v. 1, n. 2, São João del-Rei, dez. 2006.

ANDRADE, T.N. **Aspectos sociais e tecnológicos das atividades de inovação.** *Lua Nova*, São Paulo, n.66, p.139-166, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010264452006000100007&script=sci_pdf&tlng=pt>. Acesso: Jul. 2013.

ATAÍDE, Y.; MORAIS, E. **A (re)construção da identidade étnica afro-descendente a partir de uma proposta alternativa de educação pluricultural.** *Revista da FAEBA – Educação e Contemporaneidade*, Salvador, v. 12, n. 19, p. 81-98, jan./jun., 2003.

ARAÚJO, J. de & CARDOSO, P. R. **Alforria Curricular através da Lei 10.639.** Disponível em:< <http://www.espacoacademico.com.br/030/30caraujo.htm>> Acesso: Nov. 2012.

BAHIA, **Almanaque Viramundo.** Edições de 1 a 12. Secretaria da Educação. Instituto Anísio Teixeira. Rede Anísio Teixeira. Salvador, 2011.

BAHIA, **Balanco de Ações do Instituto Anísio Teixeira – 3 anos de gestão – Janeiro de 2007 a Dezembro de 2009.** Secretaria da Educação. Instituto Anísio Teixeira. Salvador, 2010.

BAHIA, **Cartilha de Mídias e Tecnologias Educacionais.** Secretaria da Educação. Instituto Anísio Teixeira. Rede Anísio Teixeira. Salvador, 2013.

BAHIA, **Guia Pedagógico – Almanaque Viramundo.** Secretaria da Educação. Instituto Anísio Teixeira. Salvador, 2011. Disponível em: < <http://ambiente.educacao.ba.gov.br/conteudos-digitais/conteudo/exibir/id/1501>> Acesso em: Fev. 2014.

BAHIA, **Portaria nº 9.004 de 15 de agosto de 2008.** Secretaria da Educação. Salvador, 2008.

BAKHTIN, M. **Problemas da Poética de Dostoievski.** Trad. Paulo Bezerra. 3ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

_____. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1988.

_____. *Estética de la Criacion Verbal*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Argentina Editores, 1985.

BATISTA, R. A. **Mídia e Educação: teorias do jornalismo em sala de aula**. Brasília: Thesaurus, 2007.

BAUER, M. W. **Análise de Conteúdo Clássica**. In: BAUER, M. W & GASKELL, G, (Org). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. 3. ed. Petrópolis (RJ): Ed. Vozes, 2002.

BOAVENTURA, E. M. **Estudos Africanos na Escola Baiana: Relato de uma Experiência**. In: *Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade*, Salvador, v. 12, n. 19, p. 41-51, jan./jun., 2003.

BRANDÃO, H. N. **Introdução à Análise do Discurso**. 7ª ed. Campinas: UNICAMP, 2000.

BRASIL, **Lei nº10639 de 9 de janeiro de 2003**. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnicas Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. MEC/SECAD. Brasília, 2005.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Presidência da República. Brasília, 1988.

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases para Educação Nacional nº 9394 de 20 de dezembro de 1996**. Ministério da Educação. Brasília, 1996.

BRASIL, **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Ministério da Justiça, Ministério da Educação, Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. Brasília, 2008.

CASTELLS, M. **A revolução da tecnologia da informação**. In: *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

CASTRO, A. A. **Próxima Atração: Almanaque Viramundo!** *Blog Educadores da TV Anísio Teixeira*. Salvador, 2010. Disponível em: < <http://educadores-tvat.blogspot.com.br/2010/03/proxima-atracao-almanaque-viramundo.html>> Acesso: Fev. 2014.

CERTEAU, M. **A Invenção do Cotidiano** – Artes e fazer. Trad. Ephain Ferreira Alves. 5ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

CHARAUDEAU, P. & MAINGUENEAU, D. **Dicionário de Análise de Discurso**. São Paulo: Contexto, 2004.

COHEN, E. e FRANCO, R. **Avaliação de Projetos Sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

CONTANDRIOPOULOS, A. P. **Avaliando a institucionalização da avaliação**. *Ciência & Saúde Coletiva*, 11(3):705-711, 2006.

FILÉ, V. (org.). **Batuques, fragmentações e fluxos: zapendo pela linguagem audiovisual escolar**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

FILHO, L. L. **Atrás das câmeras – Relações entre Cultura, Estado e televisão**. Rio de Janeiro: Sammus, 1988.

FISCHER, R. M. B. **Televisão & Educação: fruir e pensar a TV**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

FOUCAULT, M. **A Ordem do Discurso**. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FREITAS, M. T. **Vigotsky e Bakhtin**. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1995.

FRESQUET, A. **Cinema e Educação – Reflexões e experiências com professores e estudantes de educação básica, dentro e “fora” da escola**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

GARCIA, L.A.R. e MENEGASSI, R. **A Televisão e os Desafios da Utilização nas Práticas de Leitura**. Disponível em: < <http://alb.com.br/arquivo-morto/anais-jornal/jornal3/pdfs/001a.pdf> > Acesso em: Fev. 2014.

GATTI, B. A. **Grupo Focal na Pesquisa em Ciências Sociais e Humanas**. Série Pesquisa em Educação. Brasília: Liber Livro, 2005.

GERGEN, M. M.; GERGEN, K. J. **Investigação qualitativa: tensões e transformações**. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. *O planejamento da pesquisa qualitativa*. Porto Alegre: Artmed, 2006.

GILL, R. **Análise de discurso**. In: BAUER, M. W & GASKELL, G, (Org). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. 3. ed. Petrópolis (RJ): Ed. Vozes, 2002.

GIL, A. C. **Como Elaborar um Projeto de Pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, W. **Internet e Participação Política em Sociedades Democráticas**. *Revista Famecos*, nº 27, Porto Alegre, agosto 2005.

GUALBERTO, A. **Considerações sobre a Lei 10.639**. Disponível em: <http://www.koinonia.org.br/tpdigital/detalhes.asp?cod_artigo=258&cod_boletim=14&tipo=Artigo> Acesso: Nov. 2012.

JESUS, I. F. **A Gestão Democrática, Prática Pedagógica, Direitos Humanos e Educação das Relações Étnico-Raciais**. Seminário Virtual Nacional História e Cultura Africana e Afro-brasileira na Escola. Pernambuco: Fundação Joaquim Nabuco, 2013.

LASTRES, H.M.M.; CASSIOLATO, J.E.; ARROIO, A. **Conhecimento, sistemas de inovação e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Contraponto, 2005.

LEMOS, C. **Inovação na Era do Conhecimento**. In: LASTRES; H.M.M.; ALBAGLI, S. (orgs.) *Informação e globalização na Era do conhecimento*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

LÉVY, P. **A inteligência coletiva. Por uma antropologia do ciberespaço**. São Paulo: Edições Loyola, 1998.

MAINGUENEAU, D. **Novas Tendências em Análise do Discurso**. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2002.

MELUCCI, A. **Por uma sociologia reflexiva – pesquisa qualitativa e cultural**. Trad.: Maria do Carmo Alves do Bomfim. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

MINAYO, M. C. S. et al. **Avaliação por Triangulação de métodos: abordagem de programas sociais**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

MOEHLECKE, M. **Ação Afirmativa – História e Debates no Brasil.** *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, nº 117, p. 117 -217. Nov. 2002.

MUNANGA, K. (org.). **Superando o Racismo na Escola.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

NAPOLITANO, M. **Como Usar a Televisão em Sala de Aula.** São Paulo: Ed. Contexto, 2002.

NASCIMENTO, J. **Ações afirmativas e políticas públicas de inclusão social.** Belo Horizonte, 2012. Disponível em < <http://meuartigo.brasilecola.com/sociologia/acoes-afirmativas-politicas-publicas-inclusao-social.htm>> Acesso: Mai. 2013.

NEESER, L. C. & SMITH, P. **A Lei 10.639/03 e Suas Repercussões Repercussões para o Docente da Cidade do Recife.** Disponível em: <http://www.ufpe.br/ce/images/Graduacao_pedagogia/pdf/2007.2/a%20lei%2010.63903.pdf>

OLIVEIRA, M. K. **Vygotsky - Aprendizado e Desenvolvimento: um processo sócio-histórico.** São Paulo: Scipione, 1992.

OLIVEIRA, O. J. R. **Turismo, Cultura e Meio Ambiente – estudo de caso da Lagoa do Abaeté em Salvador – Bahia.** Brasília - DF: Centro de Desenvolvimento Sustentável. Universidade de Brasília, 2009.

PAIXÃO, J. M. **Avaliação da Lei 10.639/03 – Por uma Educação Igualitária e Antidiscriminatória.** XVI Semana de Iniciação Científica, Universidade Católica do Salvador. Salvador, 2013.

PARADA, Eugenio Lahera. **Políticas y Políticas Públicas.** In: SARAVIA, Enrique e FERRARESI, Elisabete. *Políticas Públicas.* Coletânea, vol 1. ENAP, 2008. Disponível em: <http://www.enap.gov.br/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=858> Acesso: Mar. 2013.

PEREIRA, A. A. **A Lei 10.639/03 e o movimento negro: aspectos da luta pela “reavaliação do papel do negro na história do Brasil”** *Cadernos de História*, v. 12, n. 17, 2011. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/cadernoshistoria/article/view/3369>> Acesso em: Nov. 2013.

PEREIRA, C. G. **Continuidade ou mudança? Análise comparativa entre os governos de Antônio Carlos Magalhães em 1971-1975 e 1991-1995.** Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2007.

PINTO, M. J. **Comunicação & discurso: introdução à análise de discursos.** 2ª ed. São Paulo: Hacker, 2002.

RAMOS, M. N. ADÃO, M. J. BARROS, G.M.N. **Diversidade na Educação: Reflexão e Experiências.** Brasília: Secretaria de Educação Média e Tecnológica, 2003.

RIZOTTI, M. L. A. **A construção do sistema de proteção social no Brasil: avanços e retrocessos na legislação social.** Disponível em: <http://sisnet.aduaneiras.com.br/lex/doutrinas/arquivos/construcao.pdf> Acesso em: Set. 2013

SANTOS, J.D.G. **A Lei 10.639/03 e a Importância de sua Implementação na Educação Básica.** Disponível em http://www.nre.seed.pr.gov.br/uniaodavitoria/arquivos/File/Equipe/Disciplinas/Biologia/A_LEI_10639_03_E_A_IMPORTANCIA_DE_SUA_IMPLEMENTACAO.pdf Acesso: Out. 2012.

SANTOS, R. E. **Educação e Relações Étnico-raciais no Brasil: monoculturalismo e a construção da identidade negra.** *Revista Espaço Acadêmico.* Nº 91. Dezembro, 2008. Disponível em < <http://www.espacoacademico.com.br/091/91santos.htm>>. Acesso: Fev. 2014.

SANTOS, L. A. F. **Odemodé egbé asipá: para além do “ensino da história e cultura afro-brasileira”.** *Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade,* Salvador, v. 12, n. 19, p. 99-111, jan./jun., 2003.

SARAIVA, Enrique. **Introdução à teoria da política pública.** In: SARAIVA, E. e FERRAREZI, E. (orgs). *Políticas Públicas. Coletânea.* Brasília: ENAP, 2006. Disponível em: http://www.enap.gov.br/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=858>. Acesso: Fev. 2012.

SILVA, P.B.G. **10 anos da Lei nº 10.639/03 – Um olhar crítico-reflexivo.** Seminário Virtual Nacional História e Cultura Africana e Afro-brasileira na Escola. Pernambuco: Fundação Joaquim Nabuco, 2013.

SPINK, M. J. P. & FREZZA, R. M. **As Práticas Discursivas e Produção de Sentidos: a perspectiva da Psicologia Social.** In: SPINK, M. J. (org). *Práticas Discursivas e produção de sentidos no cotidiano.* São Paulo: Cortez, 1999.

VARGAS, C. S.. **Las políticas públicas: nueva perspectiva de análise.** In *UNIVERSITAS*, n. 83, nov. 1992.

VYGOTSKY, L. S. **Aprendizagem e Desenvolvimento Intelectual na Idade Escolar.** In.: LURIA, A. R.; LEONTIEV, A; VYGOTSKY, L. S. et al. *Psicologia e pedagogia. Bases psicológicas da aprendizagem e do desenvolvimento.* São Paulo: Moraes, 1991.

ANEXO – LEI 10.639/2003

**Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos**

LEI Nº 10.639, DE 9 DE JANEIRO DE 2003.

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 26-A, 79-A e 79-B:

"Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

§ 3º (VETADO)"

"Art. 79-A. (VETADO)"

"Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como 'Dia Nacional da Consciência Negra'."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 9 de janeiro de 2003; 182º da Independência e 115º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Cristovam Ricardo Cavalcanti Buarque

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 10.1.2003.